



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

LUÃ LÍRIO DE SOUZA CRUZ

**TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO
SUPERIOR**

Goiânia
2021



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES

E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

☒ Dissertação ☐ Tese

2. Nome completo do autor

LUÃ LÍRIO DE SOUZA CRUZ

3. Título do trabalho

Transtorno do Espectro Autista no contexto da Educação Superior

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento ☒ SIM ☐ NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

a) consulta ao(a) autor(a) e ao(a) orientador(a);

b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação.

O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **LUÃ LÍRIO DE SOUZA CRUZ, Discente**, em 17/03/2021, às 13:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Antônio Gonçalves Teixeira, Professor do Magistério Superior**, em 24/03/2021, às 07:59, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

https://sei.ufg.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=2104356&infra_sistema=1... 1/2



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site

[https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?](https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **1947147** e o código CRC **65A925E8**.

LUÃ LÍRIO DE SOUZA CRUZ

**TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO
SUPERIOR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás, como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação. Linha de Pesquisa: Formação, Profissionalização Docente e Trabalho Educativo.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Antônio Gonçalves Teixeira.

Goiânia
2021

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do
Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Cruz, Luã Lírio de Souza
Transtorno do Espectro Autista no contexto da Educação Superior
[manuscrito] / Luã Lírio de Souza Cruz. - 2021.
XCVI, 96 f.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Antonio Gonçalves Teixeira.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás,
Faculdade de Educação (FE), Programa de Pós-Graduação em Educação,
Goiânia, 2021.
Bibliografia. Apêndice.
Inclui siglas, abreviaturas, tabelas, lista de tabelas.

1. Transtorno do Espectro Autista. 2. Inclusão. 3. Educação
Inclusiva. 4. Educação Superior. I. Teixeira, Ricardo Antonio Gonçalves,
orient. II. Título.



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Ata Nº 04 da sessão de Defesa de Dissertação de **LUÃ LÍRIO DE SOUZA CRUZ** que confere o título de Mestre em **Educação** pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás-PPGE/FE/UFG, na área de concentração em **Educação**.

Aos **vinete e cinco dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte e um (25/02/2021)**, a partir da(s) **9:00**, em plataforma virtual no link público <http://meet.google.com/vmk-owpo-gvo>, realizou-se a sessão pública de Defesa de Dissertação intitulada **“Transtorno do Espectro Autista no contexto da Educação Superior”**. Os trabalhos foram instalados pelo Orientador Prof. Dr. **Ricardo Antonio Gonçalves Teixeira (PPGE/FE/UFG)**, doutor em **Educação** pela **UFG**, com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: Prof^{ra}. Dr^a. **Sandra Valéria Limonta Rosa (PPGE/FE/UFG)**, doutora em **Educação** pela **UFG** - membro titular interno e Prof. Dr. **Carlos Cardoso Silva (FE/UFG)**, doutor em **Educação** pela **UFG** - membro titular externo. Durante a arguição os membros da banca **não fizeram** sugestão de alteração do título do trabalho. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta a fim de concluir o julgamento da Dissertação, tendo sido o candidato **aprovado** pelos seus membros. Proclamados os resultados pelo Prof. Dr. **Ricardo Antonio Gonçalves Teixeira**, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos Membros da Banca Examinadora, aos vinte e cinco dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e um.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Ricardo Antonio Gonçalves Teixeira

Prof^{ra}. Dr^a. Sandra Valéria Limonta Rosa

Prof. Dr. Carlos Cardoso Silva

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Antônio Gonçalves Teixeira, Professor do Magistério Superior**, em 26/02/2021, às 13:14, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Sandra Valéria Limonta Rosa, Professor do Magistério Superior**, em 26/02/2021, às 13:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Cardoso Silva, Professor do Magistério Superior**, em 27/02/2021, às 09:58, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
[https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?](https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)

https://sei.ufg.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=2051956&infra_sistema=1... 1/2



[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0](#), informando o código verificador **1898908** e o código CRC **587DF51D**.

Dedico este trabalho àqueles que lutam diuturnamente
para construir uma sociedade inclusiva e igualitária.

AGRADECIMENTOS

A Deus por me capacitar até aqui.

À minha mãe, minha irmã e meu esposo que acreditaram em minha capacidade mesmo quando eu não acreditei.

Ao meu orientador, Prof. Ricardo Antônio Gonçalves Teixeira pela sinergia, orientações e por compartilhar seu conhecimento.

Às professoras do PPGE/UFG, Maria Emilia de Castro Rodrigues, Vanessa Gabassa, Sandra Valéria Limonta Rosa e Ivone Garcia Barbosa por terem conduzido com gentileza, amor, dedicação e prazer as disciplinas que contribuíram no meu processo formativo durante o mestrado.

À professora da FE/UFG, Ana Flávia Teodoro de Mendonça Oliveira, que esteve como professora responsável em meu Estágio Docência, por ter me apresentado com suas mentorias que contribuíram no aprofundamento do tema da dissertação como também na minha postura enquanto profissional da educação.

À diretora da DAP/UFG Wilma Maria Goncalves dos Santos e aos chefes da Coordenação de Cadastro/DAP Fabiana Moreira Machado e Danillo Abbadia Melo, por acreditarem na importância da capacitação para o servidor e pela sensibilidade de me conceder o afastamento para poder dedicar-me totalmente ao mestrado.

Ao meu colega de trabalho Hortêncio Pereira de Brito Sobrinho, por todas às vezes em que compartilhou comigo reportagens sobre TEA de singular importância à minha aproximação ao tema, demonstrando seu apoio em minha jornada.

Aos colegas do PPGE, em especial ao grupo dos orientandos do Prof. Ricardo, pelos diálogos enriquecedores nos momentos de estudo, pelo apoio e suporte nos momentos de tensão, pelo sorriso nos momentos de descontração e pela amizade que levarei no coração.

“O desconhecimento estimula a omissão; o conhecimento nos liberta do preconceito, da segregação e da falta de cidadania.” (Niusarete Margarida de Lima)

RESUMO

CRUZ, Luã Lírio de Souza. Transtorno do Espectro Autista no contexto da Educação Superior. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Educação) – Faculdade de Educação/Universidade Federal de Goiás - Goiânia, 2021. 96 p.

A presente pesquisa relaciona-se com a temática da educação inclusiva. Partindo do contexto da educação inclusiva de acesso e permanência à Educação Superior, nos orientamos por questões como: quais são os estudos publicados sobre estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na Educação Superior do Brasil? O que eles dizem? A partir destas questões a pesquisa objetiva analisar o que dizem os estudos nacionais publicados sobre estudantes com TEA matriculados na Educação Superior. Para alcançarmos o objetivo geral proposto, nos valem dos seguintes objetivos específicos: identificar a existência de estudos sobre o tema; analisar as características dos estudos encontrados; e vislumbrar o processo de inclusão de estudantes com TEA na Educação Superior, a partir da análise dos estudos encontrados. Como procedimento de coleta de dados optamos pela Revisão Sistemática, objetivando apresentar uma síntese sobre o conhecimento de estudos sobre o assunto. Foram encontrados 07 estudos, sendo 03 Dissertações de Mestrado e 04 Artigos Científicos. Enquanto procedimento de Análise dos dados, adotou-se a Análise de Conteúdo. Os dados levantados, demonstraram que os estudos sobre inclusão de pessoas com TEA na Educação Superior no Brasil, são poucos e datam a partir do ano de 2017. Os achados apresentaram: o diagnóstico autismo, e não a expressão Transtorno do Espectro Autista, como vem sendo utilizada e recomendada por documentos de classificação internacional. As regiões do país com maior interesse na temática são as regiões Sul e Sudeste. A falta de financiamento dos estudos é um fator limitante à promoção de novos estudos acadêmicos sobre esta temática bem como a fragilidade dos dados divulgados pelos órgãos que deveriam fazer um levantamento preciso acerca da prevalência das pessoas, público alvo da educação inclusiva.

Palavras-chave: Transtorno do Espectro Autista. Inclusão. Educação Inclusiva. Educação Superior.

ABSTRACT

This research is related to the theme of inclusive education. Starting from the context of inclusive education of access and permanence to higher education, we are guided by questions such as: what are the published studies on students with ASD in higher education in Brazil? What they say? Based on these questions, the research aims to analyze what national published studies say about students with ASD enrolled in higher education. In order to achieve the proposed general objective, we use the following specific objectives: to identify the existence of studies on the theme; analyze the characteristics of the studies found; and envision the process of inclusion of students with ASD in higher education, based on the analysis of the studies found. As a data collection procedure, we opted for Systematic Review, aiming to present a synthesis about the knowledge of studies on the subject. Seven studies were found, including 03 Master's Dissertations and 04 Scientific Articles. As a data analysis procedure, Content Analysis was adopted. The data collected showed that studies on the inclusion of people with ASD in higher education in Brazil are few and date from 2017. The findings presented the diagnosis of autism, and not the expression Autism Spectrum Disorder as it has been used. and recommended by international classification documents. The regions of the country with the greatest interest in the theme are the south and southeast regions. The lack of funding for studies is a limiting factor to the promotion of new academic studies on this subject, as well as the fragility of the data released by the agencies that should make a precise survey about the prevalence of people, target audience of inclusive education.

Keywords: Autistic Spectrum Disorder. Inclusion. Inclusive Education. College Education.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 — Critérios para elegibilidade dos estudos	37
Quadro 2 — Relação de estudos potencialmente relevantes para esta Pesquisa	40
Quadro 3 — Grupo 1 - Dado 1: Título dos estudos	45
Quadro 4 — Grupo 2 - Dado 1: Título dos estudos	45
Quadro 5 — Grupo 1 - Dado 2: Autoria dos estudos	47
Quadro 6 — Grupo 2 - Dado 2: Autoria dos estudos	48
Quadro 7 — Grupo 1 - Dado 3: Revista de Publicação dos estudos	51
Quadro 8 — Grupo 1 - Dado 4: Editora de Publicação dos estudos	52
Quadro 9 — Grupo 2 - Dado 3: Programa de Pós-Graduação vinculado aos estudos	53
Quadro 10 — Grupo 1 - Dado 5: Data de publicação dos estudos	54
Quadro 11 — Grupo 2 - Dado 4: Data de defesa dos estudos	54
Quadro 12 — Grupo 1 - Dado 6: Idioma dos estudos	55
Quadro 13 — Grupo 2 - Dado 5: Idioma dos estudos	56
Quadro 14 — Grupo 1 - Dado 7: Palavras-chave dos estudos	56
Quadro 15 — Grupo 2 - Dado 6: Palavras-chave dos estudos	57
Quadro 16 — Grupo 1 - Dado 8: Problemática dos estudos	58
Quadro 17 — Grupo 2 - Dado 7: Problemática dos estudos	59
Quadro 18 — Grupo 1 - Dado 9: Objetivo dos estudos	60
Quadro 19 — Grupo 2 - Dado 8: Objetivo dos estudos	61
Quadro 20 — Grupo 1 - Dado 10: Procedimento metodológico dos estudos	62
Quadro 21 — Grupo 2 - Dado 9: Procedimento metodológico dos estudos	63
Quadro 22 — Grupo 1 - Dado 11: Resultado dos estudos	65
Quadro 23 — Grupo 2 - Dado 10: Resultados dos estudos	66
Quadro 24 — Grupo 1 - Dado 12: Abordagem/concepção teórica dos estudos	67
Quadro 25 — Grupo 2 - Dado 11: Abordagem/concepção teórica dos estudos	67
Quadro 26 — Grupo 1 - Dado 13: Conclusão dos estudos	68
Quadro 27 — Grupo 2 - Dado 12: Conclusão dos estudos	69
Quadro 28 — Grupo 1 - Dado 14: Considerações éticas dos estudos	70
Quadro 29 — Grupo 2 - Dado 13: Considerações éticas dos estudos	71

Quadro 30 — Grupo 1 - Dado 15: Financiamento dos estudos	71
Quadro 31 — Grupo 2 - Dado 14: Financiamento dos estudos	72

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APA	Associação Americana de Psiquiatria
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CF	Constituição da República Federativa do Brasil
CID	Classificação Internacional de Doenças
CNE	Conselho Nacional de Educação
DSM	Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EPD	Estatuto da Pessoa com Deficiência
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
IES	Instituições de Ensino Superior
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior
Incluir	Programa de Acessibilidade na Educação Superior
INEP	Instituto Nacional de Pesquisas em Educação
JBI	Joanna Briggs Institute
LDB	Diretrizes e Bases da Educação Brasileira
MEC	Ministério da Educação
NA	Núcleo de Acessibilidade
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONG's	Organizações não Governamentais
PNIPPD	Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência
RS	Revisão Sistemática
SCO	Sociedade Civil Organizada
TEA	Transtorno do Espectro Autista
TICs	Tecnologias da Informação e Comunicação
UFG	Universidade Federal de Goiás

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
PERCURSO TEÓRICO: INFORMAÇÕES E INTERPRETAÇÕES	20
Políticas públicas de educação especial no Brasil	20
Contexto histórico do Transtorno do Espectro Autista: conceitos e concepções	24
Contexto educacional da pessoa com TEA na Educação Superior em âmbito nacional	29
PERCURSO METODOLÓGICO	34
Tipo de pesquisa	35
Definição da questão norteadora	36
Critérios de elegibilidade dos estudos	36
Estratégia de busca dos estudos	37
Seleção dos estudos	39
Coleta de dados	41
Síntese dos dados	41
APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA	42
Metassíntese e análise de conteúdo	43
Dos títulos dos estudos	43
Das autorias dos estudos	46
Das revistas de publicação dos artigos	48
Das Instituições de Ensino a que os estudos estão vinculados	51
Das datas de publicação das Revistas.	53
Das datas de defesa das Dissertações	54
Dos idiomas de publicação dos estudos	54
Das palavras-chave dos estudos	56
Das Problemáticas dos estudos	57
Dos objetivos dos estudos	59
Dos Procedimentos Metodológicos dos estudos	61
Dos Resultados dos estudos	64
Das Abordagens/Concepções Teóricas dos estudos	66
Das Conclusões dos estudos	68
Das considerações éticas dos estudos	69
Dos financiamentos dos estudos	71
CONSIDERAÇÕES	73
REFERÊNCIAS	76
GLOSSÁRIO	81
APÊNDICE A — PROTOCOLO DE REVISÃO SISTEMÁTICA	82
APÊNDICE B — FORMULÁRIO DE COLETA DE DADOS - ESTUDO 1	84
APÊNDICE C — FORMULÁRIO DE COLETA DE DADOS - ESTUDO 2	86

APÊNDICE D — FORMULÁRIO DE COLETA DE DADOS - ESTUDO 3	88
APÊNDICE E — FORMULÁRIO DE COLETA DE DADOS - ESTUDO 4	90
APÊNDICE F — FORMULÁRIO DE COLETA DE DADOS - ESTUDO 5	91
APÊNDICE G — FORMULÁRIO DE COLETA DE DADOS - ESTUDO 6	93
APÊNDICE H — FORMULÁRIO DE COLETA DE DADOS - ESTUDO 7	95

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa relaciona-se com um tema que vem se consolidando como principal interesse de estudo e pesquisa em minha jornada acadêmica: a educação inclusiva. Tal interesse aflora em mim como uma sensibilidade em me colocar no lugar do outro. Esta habilidade empática, assim como uma semente em um solo fértil, germinou e cresceu com o interesse em fazer mestrado em Educação e vem sendo regada e adubada com o sentimento e certeza de encontrar na educação o caminho de promover uma melhor qualidade de vida a todos. O interesse específico em estudar a educação de pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) na Educação Superior, surgiu através dos diálogos com o orientador e da investigação inicial sobre o tema em que nos apresentou uma problemática que parte do aumento de casos de acesso de pessoas com TEA na Educação Superior.

Segundo Cruz (2006), historicamente a forma de atenção dada às pessoas com deficiência (onde, atualmente, se incluem as pessoas com TEA) foi muito diversificada, passando desde “[...] sua extrema exclusão, separação do mundo dos demais colocando-os em asilos e instituições, pela fase protecionista, de emancipação, integração e só recentemente da inclusão” (p. 13). Por volta dos séculos XIX e início do século XX surgem no Brasil, instituições de ensino especial, separadas do regular, que se dedicavam à assistência dessas pessoas. É o caso do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), para pessoas com surdez e do Instituto Benjamin Constant-IBC, para pessoas com deficiência visual. As pessoas que apresentavam atraso no ritmo de aprendizagem eram submetidas a testes, como o teste de Binet, que em uma escala quantitativa apresentava o Quociente de Inteligência (QI), no qual as pessoas que obtinham um resultado inferior à média eram classificados como “subnormais”, o que justificaria sua exclusão, e eram então encaminhados às instituições hospitalares/médicas distantes, em grande parte, dos centros urbanos onde eram tratados como loucos. Na década de 1960 e 1970 surgem no país os movimentos de integração (aceitação) com instituições filantrópicas como a Pestalozzi e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), que se dedicavam a dar um tratamento mais adequado a estas pessoas, respeitando suas limitações/individualidades.

A partir de 1988 com o advento da Constituição da República Federativa do Brasil é que se tem um direcionamento acerca do direito da pessoa com deficiência de participar das escolas da rede regular de ensino, em caráter prioritário. A Constituição Federal em seu art. 205 diz que a educação é direito de todos e dever do Estado e que o ensino será ministrado

com base, entre outros, no princípio da igualdade de condições para o acesso e permanência. Percebe-se uma preocupação do legislador constituinte em não excluir nenhuma pessoa do contexto escolar, prevendo a igualdade para todos, com deficiência ou não, no acesso e permanência à educação.

Este posicionamento continuou sendo expresso em outros documentos legais, como na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) - Lei nº 9.394/1996, ao considerar Educação Especial como educação oferecida para educandos com deficiência, tendo início na educação infantil e estendendo-se ao longo da vida, prevendo ainda o atendimento especializado, quando necessário, bem como currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades, educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade entre outras orientações.

Partindo destes e outros documentos legais, nos últimos anos, vem-se consolidando no Brasil um entendimento educacional, político, social e legal de promoção do acesso à educação básica e também à Educação Superior de forma igualitária, tanto às pessoas sem deficiência como às com deficiência, como é o caso das pessoas com TEA.

O acesso das pessoas com TEA à Educação Superior marca um avanço das políticas educacionais, porém, é necessário garantir que essas pessoas não apenas tenham acesso à Educação Superior, mas que nela permaneçam fazendo parte da Educação Superior em sua completude. A inclusão das pessoas com deficiência na Educação Superior deve garantir-lhes o direito de plena participação na comunidade acadêmica e, com isso, promover seu desenvolvimento pessoal, social e profissional. Para as pessoas com TEA, que são consideradas pessoas com deficiência para efeitos legais, a barreira social é um obstáculo de grande desafio, devido às características mais comuns do transtorno, como déficits nas áreas de comunicação e interação social.

Dados apresentados no Documento Orientador do Programa Incluir (BRASIL, 2013) demonstram que na Educação Superior, observa-se que as matrículas de estudantes com deficiência passaram de 5.078 em 2003 para 23.250 em 2011, indicando crescimento de 358% (BRASIL, 2013). Analisando os dados estatísticos dos Resumos Técnicos, instrumentos de divulgação dos resultados do Censo da Educação Superior do Instituto Nacional de Pesquisas em Educação (INEP) de 2005 a 2018 sobre o ingresso de pessoas com TEA nas Instituições de Ensino Superior (IES), somando-se as categorias Autismo, Síndrome de Asperger, transtorno global do desenvolvimento e transtorno desintegrativo da infância, que hoje compõem os indicadores de TEA na base de dados do Censo da Educação Superior (como

veremos adiante nesta pesquisa), percebemos que a quantidade de matrículas de estudantes pertencentes a este grupo, em graduação, passou de 442 em 2015, ano em que o Censo da Educação Superior começou a identificar esses dados (BRASIL, 2018), para 1357 estudantes matriculados em 2018 (BRASIL, 2020), o que representa um aumento de 307% em um intervalo de 4 anos. Este dado demonstra que as ações de acesso à Educação Superior no país vêm contribuindo com a efetivação da inclusão acadêmica.

Nessa perspectiva, a problemática da pesquisa parte do contexto da educação inclusiva de acesso e permanência à Educação Superior, que vem aumentando no país. Por meio das leituras e aprofundamentos nesta temática percebemos uma lacuna nos estudos. Ficou evidenciado a escassez de materiais científico-acadêmicos sobre a Educação Superior de pessoas com TEA em detrimento de outras áreas como área médica e área da Educação Básica. Esta dificuldade com a qual nos deparamos quanto a encontrar materiais relacionados foi também um fator motivacional em seguir neste caminho e deste problema prático passamos a nos orientar por questões como: quais são os estudos publicados sobre estudantes com TEA na Educação Superior do Brasil? O que eles dizem?

Com base em tais questões, elegemos como objetivo geral da presente pesquisa, analisar o que dizem os estudos nacionais publicados sobre estudantes com Transtornos do Espectro Autista matriculados na Educação Superior. Para alcançarmos o objetivo geral proposto nos valem dos seguintes objetivos específicos: identificar a existência de estudos sobre o tema; analisar as características dos estudos encontrados; e vislumbrar o processo de inclusão de estudantes com TEA na Educação Superior, a partir da análise dos estudos encontrados.

Esta pesquisa justifica-se por se mostrar importante em diversos aspectos. Podemos citar como relevância social da mesma, o fato desta alcançar um grupo de pessoas historicamente estigmatizadas, e excluídas da sociedade (o público de atenção da educação especial) podendo a mesma abrir discussões sobre políticas públicas educacionais. Sobre o valor teórico a pesquisa se justifica pela relevância de um estudo que se propõe a consolidar o agrupamento de outros estudos na busca por compreender e aprofundar o conhecimento na área da educação de pessoas com TEA, podendo as informações obtidas servirem para comentar, desenvolver ou apoiar alguma teoria e pode-se ainda surgir ideias, recomendações ou hipóteses para estudos futuros. Quanto a sua utilidade metodológica, a pesquisa pode melhorar o entendimento sobre a relação entre as variáveis, ajudando a mesclar os enfoques para desenvolvimento de pesquisas futuras.

Quanto à metodologia, a presente pesquisa apresenta-se como pesquisa de base exploratória, de natureza qualitativa, valendo-se de um estudo bibliográfico.

Como procedimento de coleta de dados optamos pela Revisão Sistemática, objetivando apresentar uma síntese sobre o conhecimento de estudos sobre o assunto. Enquanto procedimento de Análise dos dados, adotou-se a Análise de Conteúdo desenvolvida por Bardin, em que temos este procedimento apresentado como "um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objectivos de descrição do conteúdo das mensagens" (BARDIN, 1977, p. 38), com a finalidade de construir inferências/deduções tendo por base os indicadores, qualitativos ou quantitativos, presentes nas produções.

A presente dissertação está estruturada em três capítulos, além de conter uma seção de introdução onde apresentamos informações acerca do surgimento da pesquisa, de sua problemática, problema, objetivos e metodologia bem como, uma seção de considerações que nos permite participar de um diálogo com as pesquisadoras e pesquisadores dos estudos que foram analisados nesta pesquisa como forma de contribuir com a rede de troca de informações e interpretações do saber histórico acerca do tema.

O primeiro capítulo dedica-se a apresentar o Percurso Teórico, onde apresentamos os elementos da fundamentação teórica da pesquisa, como os conceitos e concepções necessários ao aprofundamento e compreensão do tema abordado. Neste exercício de aprofundamento teórico, buscamos pinçar e aprofundar sobre elementos de contextualização da pesquisa, onde abordamos a origem do Estado e das políticas públicas de educação especial no Brasil, bem como sua importância. Adotamos como referência neste tópico, autores como Oliveira e Costa (2012), Cruz (2006) e alguns documentos oficiais como a Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência e o Estatuto da Pessoa com Deficiência. Apresentamos também neste capítulo o contexto histórico do Transtorno do Espectro Autista (TEA) bem como seus conceitos e concepções onde tomamos autores como Donvan e Zucker (2017), Gomes (2007), Salle (2005), Tuchman e Rapin (2009) e outros como principal referencial. Já para o tópico destinado ao contexto educacional do sujeito com TEA, construímos um diálogo pautado em Cintra, Jesuino e Proença (2011), Cunha (2005), Bastos (2005) e documentos do ordenamento jurídico brasileiro.

O segundo capítulo reservamos para o percurso Metodológico, onde descrevemos detalhadamente o caminho que percorremos nesta pesquisa, apresentando os métodos e formas de utilização de cada um deles e os procedimentos de investigação adotados,

oferecendo com isso a possibilidade de replicabilidade da pesquisa, fator importante para garantir o rigor necessário à pesquisa acadêmica. Neste capítulo destacamos os procedimentos de construção de uma pesquisa de revisão sistemática: a criação do protocolo de revisão, a definição da questão norteadora, os critérios de elegibilidade dos estudos, a estratégia de busca e procedimentos de seleção dos estudos, além de descrever o procedimento de coleta e síntese dos dados. Alguns autores e instituições internacionais foram citados neste capítulo como embasamento às nossas escolhas metodológicas como Gil (2010), Joana Briggs Institute (Aromatris e Nunn, 2020), e Colaboração Cochrane (Higgins, 2019).

Já o terceiro capítulo foi destinado à apresentação e análise dos dados obtidos. A apresentação dos dados, além de ser construída com utilização de quadros, foi também utilizado o recurso de metassíntese qualitativa, onde os dados são apresentados de forma descritiva e interpretativa. Analisamos os dados através do método de Análise de Conteúdo, onde buscamos interpretar os dados extraídos na Revisão Sistemática, dialogando com autores que estudaram cada um dos elementos analisados, onde temos contribuições de Sasaki (2002), Assumpção Jr. (2005), Monteiro (2004), Carvalho (2017), Nassi-Calò (2014), Garcia e Gattaz (2019), Marconi e Lakatos (2003) e outros.

1 PERCURSO TEÓRICO: INFORMAÇÕES E INTERPRETAÇÕES

Consideramos que o conhecimento científico é construído coletivamente, e no intuito de participarmos dessa rede de informações e interpretações do saber organizado histórica e sistematicamente é que nos debruçamos em uma revisão teórica que nos permite acessar os achados de pesquisadoras e pesquisadores que se dedicaram a estudar temas semelhantes àquele que nos propomos a percorrer nesta pesquisa. Segundo a antropóloga, Esther Newton, "É preciso sempre saber sobre quais ombros você se apoia para não ficar reinventando a roda ou ignorando quem veio antes de você."¹ Neste sentido, esta revisão teórica nos serve como base para analisarmos de onde partiremos na busca de contribuir com a construção desse conhecimento. Nesta busca encontramos conhecimento sobre temas como políticas públicas, educação especial e Transtorno do Espectro Autista.

1.1 Políticas públicas de educação especial no Brasil

A origem do Estado, segundo Oliveira e Costa (2012), deriva do desenvolvimento natural da sociedade. Os seres humanos que antes eram livres para viverem como nômades onde bem entendessem, ao passo que dominavam técnicas de produção animal e vegetal decidiram abrir mão da vida de viajantes para fixarem moradia em lugar certo, porém, para se protegerem de possíveis invasores e conquistadores de terras celebravam acordos uns com os outros em que delimitavam direitos às propriedades privadas uns dos outros e passaram então a viver em comunidades. Estes contratos ao mesmo passo que lhes concediam direito a morar e cultivar suas terras também limitavam sua liberdade de se estabelecerem em propriedades pertencentes a outros. Assim surgem as sociedades na configuração em que conhecemos hoje, o que aumentava consideravelmente as possibilidades de sobrevivência da espécie humana, tal feito levou então à constituição de uma organização especialmente formulada para delimitar estes direitos de forma equilibrada: o Estado. O Estado como o entendemos hoje "surge quando são reunidos o seu povo, o seu território e o seu governo soberano" (OLIVEIRA; COSTA, 2012, p. 33), sendo soberania a capacidade de tomar suas próprias decisões sem submissão a outro Estado.

¹ Trecho cedido gentilmente pelo Prof. Dr. Carlos Eduardo Henning, Faculdade de Ciências Sociais/Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social/Universidade Federal de Goiás (FCS/PPGAS/UFG), da entrevista que Esther Newton lhe concedeu, em maio de 2020 em Nova York. A entrevista ainda está em prelo. O título provisório da entrevista é: "Esther Newton - Uma entrevista sobre a vida, obra e paixões da lendária antropóloga." e deverá ser publicada na Revista Estudos Feministas da UFSC.

O principal objetivo do Estado na sociedade vem sofrendo alterações, desde delimitar direitos de propriedade, passando, segundo Caldas (2008), a promoção de segurança pública e defesa externa, nos séculos XVIII e XIX, chegando atualmente à promoção do bem-estar da sociedade e do interesse público. As demandas da sociedade que são apresentadas às gestoras e gestores públicos por meio da Sociedade Civil Organizada (SCO) - constituída por sindicatos, entidades de classes, representantes comerciais, associações e Organizações não Governamentais (ONG's) - podem ser concretizadas pelo Estado por meio da implementação de Políticas Públicas nas diversas áreas como saúde, educação, segurança pública, lazer e meio ambiente. Deste modo, adotaremos neste trabalho a definição de Caldas (2008, p. 5) de que as "Políticas Públicas são um conjunto de ações e decisões do governo, voltadas para solução (ou não) de problemas da sociedade". Uma das formas do Estado expressar suas ações e decisões de governo é por meio das normas jurídicas, abordaremos adiante as principais normas jurídicas brasileiras que versam sobre educação, como a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (PNIPPD), a LDBEN e a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (PNIPPD).

Conforme a configuração social se altera, a organização do ensino também se reestrutura e caminha com o momento histórico pelo qual a sociedade está passando. Assim, segundo Balardim (2020), percebemos que na pré-história a organização do ensino surge de forma intuitiva e natural, com as crianças aprendendo com os mais velhos, por meio de observação, a executarem atividades típicas de sobrevivência como caça e pesca. A partir do surgimento da propriedade privada, na Grécia e na Roma antigas, criou-se a instituição escola, conforme a conhecemos hoje, onde os cidadãos adquiriram conhecimentos condizentes com os interesses da sociedade em que viviam como oratória, retórica, filosofia, artes e literatura. Porém, com o surgimento da propriedade privada, também surge na sociedade a divisão por classe social e a escravidão. A escola nesse período não era para todos, apenas os cidadãos das classes mais elevadas tinham acesso à escola, para os escravos e os cidadãos das classes baixas o ensino/aprendizado ocorria apenas informalmente.

Na idade média, a escola passa a ter grande influência da Igreja Católica e continua sendo acessível apenas às camadas mais altas da sociedade. Somente após a Revolução Francesa (1789-1799), com o advento da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão é que os direitos civis reconhecem o *status* de cidadãos a todas as pessoas independente de suas classes sociais, com isso a educação passa a ser democratizada e todas as pessoas passam a ter acesso à escola. Outros países da Europa e da América Latina passam a seguir o mesmo caminho nas décadas seguintes. (BALARDIM, 2020).

Segundo Cruz (2006), historicamente, a forma de tratamento dado às pessoas com deficiência (físicas, mentais, sensoriais congênitas ou adquiridas) foi muito diversificada, passando desde “[...] sua extrema exclusão, separação do mundo dos demais colocando-os em asilos e instituições, pela fase protecionista, de emancipação, integração e só recentemente da inclusão” (CRUZ, 2006, p. 13). Durante muito tempo acreditou-se que excluir estas pessoas do mundo dos demais seria a única solução para o problema, e a exclusão significava a política global que consistia em separar e isolar crianças com deficiência do grupo majoritário da sociedade.

No Brasil a partir de 1988, com o advento da Constituição da República Federativa do Brasil (CF), é que se tem um direcionamento acerca do direito da pessoa com deficiência de participar das escolas da rede regular de ensino, em caráter prioritário. A CF, em seus Art. 205 e 206, estabelece que educação é direito de todos e dever do Estado, e que o ensino será ministrado com base, entre outros, no princípio da igualdade de condições para o acesso e permanência na escola. Outro avanço importante é apresentado no Art. 208 da CF, que no inciso III, apresenta pela primeira vez, a indicação do Estado como posição da preferência de que pessoas com deficiência estudem na rede regular de ensino. Percebe-se então uma preocupação do legislador constituinte em não excluir nenhuma pessoa do contexto escolar, prevendo a igualdade para todos, com deficiência ou não, no acesso e permanência à educação.

Esta preocupação foi ratificada em 1990 no governo de Fernando Collor, por meio da Lei nº 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), ao explicitar que é obrigação do Estado garantir atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino. Esta preferência deve-se ao fato de o aluno, em instituições próprias de ensino especializado, encontrar-se apenas integrado à sociedade e não incluído, sendo necessária a inclusão dessas pessoas no ensino regular, vislumbrando com isso uma educação que estimule o pleno desenvolvimento da criança como pessoa, o preparo para o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. O ECA ainda proclama que:

[...] as escolas regulares, seguindo esta orientação inclusiva, constituem os meios mais capazes para combater as atitudes discriminatórias, criando comunidades abertas e solidárias, construindo uma sociedade inclusiva e atingindo a educação para todos. (Brasil, 1990).

Posteriormente, já no governo de Fernando Henrique Cardoso, é publicada a LDBEN, Lei nº 9.394/1996, que reforça as bases constituintes e apresenta maior detalhamento na

atenção à pessoa com deficiência, ao considerar Educação Especial como educação oferecida preferencialmente na rede regular de ensino para educandos com deficiência, tendo início na educação infantil e estendendo-se ao longo da vida, determinando que os sistemas de ensino assegurem o atendimento especializado, quando necessário, bem como currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades e educação especial para o trabalho, visando a inclusão do educando na vida em sociedade entre outras orientações.

Três anos depois o mesmo governo por meio do Decreto nº 3.298/1999 dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (PNIPPD). A PNIPPD apresenta orientações que se aplicam às áreas da saúde, da educação, do mundo do trabalho, da cultura, do desporto, do turismo e do lazer que "objetivam assegurar o pleno exercício dos direitos individuais e sociais das pessoas portadoras de deficiência" (BRASIL, 1999).

As políticas voltadas à afirmação da educação como direito da pessoa com deficiência impulsionaram as famílias a matricular as crianças com deficiência no ensino regular, como demonstra os dados do Censo da Educação Básica de 2019:

O número de matrículas da educação especial chegou a 1,3 milhão em 2019, um aumento de 34,4% em relação a 2015. [...] refere à educação especial inclusiva para a população de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos do espectro autista ou altas habilidades/superdotação. [...] verifica-se que o percentual de matrículas de alunos incluídos em classe comum aumentou gradativamente ao longo dos anos. Em 2015, o percentual de alunos incluídos era de 88,4% e, em 2019, passou para 92,8%. (BRASIL, 2020).

Com o aumento do número de crianças com deficiência com acesso à educação básica, surge também a necessidade de uma Educação Superior que atenda às necessidades deste público. A PNIPPD aborda a questão da Educação Superior para as pessoas com deficiência, que abordaremos no próximo tópico, além de apresentar definições importantes para o entendimento da educação especial, tais como:

Art. 3º Para os efeitos deste Decreto, considera-se:

I - deficiência – toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano;

[...]

Art. 24. [...]

VI - [...]

§ 1º Entende-se por educação especial, para os efeitos deste Decreto, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino para

educando com necessidades educacionais especiais, entre eles o portador de deficiência. (BRASIL, 1999).

No governo da então presidenta Dilma Rousseff, em 2015, foi instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, Lei nº 13.146/2015, conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência (EPD). Adotaremos nesta pesquisa a definição de pessoa com deficiência apresentada no EPD:

Art. 2º Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. (BRASIL, 2015).

O EPD, assegura de forma expressa que constitui direitos fundamentais da pessoa com deficiência, o direito de igualdade de condições com as demais pessoas, à não discriminação, à vida, à habilitação e à reabilitação, à saúde, à educação, à moradia, ao trabalho, à assistência social, à previdência social, à cultura, ao esporte, ao turismo e lazer, ao transporte e à mobilidade e à acessibilidade no acesso à informação e à comunicação, à tecnologia assistiva, à participação na vida pública e política, à ciência e tecnologia e à justiça. No tocante ao direito à educação, o EPD ratifica o dispositivo constitucional da educação ser direito de todos e dever do Estado, porém, de forma focal à pessoa com deficiência, ao estabelecer que:

Art. 27. A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.

Parágrafo único. É dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade assegurar educação de qualidade à pessoa com deficiência, colocando-a a salvo de toda forma de violência, negligência e discriminação. (BRASIL, 2015).

Esses e outros instrumentos legais vêm, ao longo do tempo, reafirmando que a educação constitui direito da pessoa com deficiência.

1.2 Contexto histórico do Transtorno do Espectro Autista: conceitos e concepções

Na Idade Média vivia-se um momento de desconhecimento generalizado acerca das enfermidades físicas ou mentais que acometiam as pessoas e eram explicadas com base em explicações místicas ou religiosas, desta forma as pessoas que apresentavam algum

comportamento diferente do que era considerado normal eram taxadas de praticantes de bruxaria, de serem castigadas pelos deuses ou de serem possuídas por demônios, sendo submetidas a rituais mágicos e/ou exorcismos para se libertarem da condição que as afligia. O avanço das sociedades e do conhecimento, levou ao surgimento da medicina que trouxe explicações científicas para as enfermidades e a psiquiatria se consolidou como a área da medicina dedicada a explicar as enfermidades mentais que causavam comportamentos e características atípicos como demência, esquizofrenia entre outros.

O psiquiatra Plouller cunhou o termo autista em 1906, utilizando do adjetivo ao estudar pacientes com demência precoce, mas o termo só foi difundido em 1911 pelo psiquiatra suíço Eugen Bleuler, que o utilizou para descrever um transtorno básico da esquizofrenia, definindo-o como:

Perda de contato com a realidade, causada pela impossibilidade ou grande dificuldade na comunicação interpessoal [...] que consistia na limitação das relações pessoais e com o mundo externo, parecendo excluir tudo que parecia ser o “eu” da pessoa. (SALLE et al., 2005).

Leo Kanner, psiquiatra austríaco-americano, estudou, em 1943, o caso de onze crianças que apresentavam algumas características em comum, como incapacidade de relacionamento interpessoal de forma habitual, isolamento social, atraso na aquisição da fala, comportamentos repetitivos e dificuldade de aceitar variação na rotina. Kanner escreveu um artigo com o título do distúrbio: *Autistic Disturbances of Affective Contact* (Distúrbio autista do contato afetivo, em tradução livre), pela primeira vez, utilizou o termo autista em uma publicação médica de reconhecimento internacional, onde apresentou o relato clínico desses pacientes, o que acarretou reconhecimento do autismo como uma síndrome específica. Posteriormente, Kanner passaria a adotar o termo autismo infantil como forma de explicar que o autismo se apresentava desde a primeira infância do indivíduo (DOVAN; ZUCKER, 2017; GOMES, 2007; SALLE et al., 2005; TUCHMAN; RAPIN, 2009).

Hans Asperger, pediatra austríaco, em 1944, publicou um trabalho, no qual contou a história de quatro garotos entre 7 e 17 anos de idade com características de déficit social, tal qual ocorria na esquizofrenia, mas diferenciando-o por ocorrer em caráter mais permanente e não episódico, além da ausência de alucinações, um sintoma esquizofrênico típico, aspectos estes combinados com a presença de muita inteligência. Em seu trabalho, Asperger denomina tal síndrome como psicopatia autista. Ao contrário das crianças que Kanner estudou e descreveu no ano anterior, os garotos de Asperger tentavam ter uma conexão com os demais, principalmente adultos, apenas não o conseguiam devido a seu jeito próprio e peculiar de se

comportar e a extrema ansiedade que envolvia suas tentativas de interação interpessoal, ansiedade que poderia estar associada à maneira como eram tratados pelas outras crianças que não demonstravam simpatia por eles devido às características de pouco contato visual, não compreensão dos sinais não verbais nas poucas interações, por terem pensamentos literais e por apresentarem prejuízo da psicomotricidade e coordenação motora. Outro ponto que os diferenciavam das crianças de Kanner era a tendência de se apegarem a um ou dois temas específicos e dedicarem todo o seu interesse e atenção a eles, falando quase que unicamente sobre os temas com uma linguagem bem desenvolvida para as suas idades, de forma muito loquaz, prolixos, com excelência gramatical e riqueza de vocabulário, o que dificultava a interação social por incomodar as outras pessoas. As observações de Hans Asperger foram publicadas e amplamente divulgadas, e o reconhecimento desse estudo contribuiu, mais adiante, para o reconhecimento científico da síndrome que levou o seu nome: Síndrome de Asperger (GOMES, 2007; SALLE et al., 2005).

Conforme o autismo infantil de Kanner e a síndrome de Asperger iam sendo divulgados e conhecidos, começaram a surgir questionamentos sobre a natureza dos mesmos. Foi quando, em 1948, Leo Kanner, em uma reportagem na revista estadunidense *Time*, com o intuito de apresentar o assunto aos leitores, discorreu que, em todos os casos documentados, os pais das crianças com autismo eram, em geral distantes de seus filhos, reservados, frios e com isso estariam corroborando o desenvolvimento da síndrome em seus filhos. A reportagem apresentou que tinha algo de errado não apenas nas crianças que manifestavam o autismo, mas também em seus pais e na relação pais-filhos, que era uma relação entre "crianças patéticas e pais gelados", que deixavam seus filhos guardados em uma geladeira promovendo o desenvolvimento do autismo. Com o tempo o foco da culpa foi se concentrando especificamente nas mães das pessoas com autismo, e passaram a ser chamadas pelo termo pejorativo de mães geladeira, para designar as mães frias que rejeitavam seus filhos fazendo com que desenvolvessem o autismo, uma metáfora ao que Kanner falou na *Time* (DOVAN; ZUCKER, 2017).

Bernard Rimland, psicólogo, realizou um estudo com base em genética, bioquímica, neurofisiologia e psicologia infantil que apresentou indícios de que o autismo estava intrínseco ao organismo humano e nada havia em relação a cuidados maternos ruins. Após edições, revisões e cortes, este estudo foi publicado, em 1964, com o título de *Infantile Autism: The Syndrome and Its Implications for a Neural Theory of Behavior* (Autismo infantil: a síndrome e suas implicações em uma teoria neural do comportamento, em tradução livre), o estudo mostrou-se contrário à teoria da mãe geladeira, por deixar claro que o

distúrbio era orgânico e não tinha relação com a interação entre mães e filhos. O estudo de Rimland foi endossado por Kanner, que escreveu o prólogo do livro, mencionando que o estudo o levou de volta a seu pensamento originário de que o autismo não era uma síndrome adquirida. Em 1969, o próprio Kanner, em uma reunião na Sociedade Nacional para o Autismo, em Washington, fez um discurso falando que voltara a pensar sobre o assunto e reconhecia que estava com a razão no começo, ratificando que as crianças já nasciam com autismo e que o afeto e cuidado ou a falta deles por parte das mães não tinha relação alguma com o transtorno, portanto, o mito da mãe geladeira foi um grande mal entendido (DOVAN; ZUCKER, 2017).

Lorna Wing, psiquiatra, foi responsável por diversas e significativas descobertas e avanços sobre o autismo nos anos seguintes. Após estudos que se iniciaram em 1979, no banco de dados do Hospital Maudsley, com os registros de pacientes que solicitaram atendimento psiquiátrico público no distrito londrino de Camberwell, Lorna Wing e a psicóloga Judith Gold perceberam que as características autistas se manifestavam de formas variáveis em intensidade e combinação em cada indivíduo. Alguns indivíduos apresentavam características autistas leves e outros, mais graves. Diante disso, Wing e Gould passaram a chamar o distúrbio de *continuum* autista, termo que designava essa variação de intensidade das características do distúrbio, embora apresentasse sempre a combinação do que chamaram uma tríade de incapacidades: na habilidade social, na linguagem e na imaginação. Lorna Wing passou então a escrever e divulgar sobre o *continuum* das características autistas. Algum tempo depois Wing abandonou o termo *continuum* e passou a defender que o autismo deveria ser abordado como um espectro, cunhando então o termo espectro autista, em 1988, para designar o distúrbio (ASSUMPÇÃO JR., 2005).

A *American Psychiatric Association* - Associação Americana de Psiquiatria (APA) é responsável por publicar o *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders*, Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM), que apresenta uma classificação de transtornos mentais e critérios associados, elaborado para facilitar o estabelecimento de diagnósticos mais confiáveis desses transtornos. Após sucessivas edições e revisões atualmente está em vigor o DSM-5 publicado em 2013, que coloca transtornos que antes eram classificados separadamente como o autismo infantil precoce, autismo infantil, autismo de Kanner, autismo de alto funcionamento, autismo atípico, transtorno global do desenvolvimento sem outra especificação, transtorno desintegrativo da infância e transtorno de Asperger, englobados em uma única categoria: o Transtorno do Espectro Autista (TEA).

O DSM-5 considera que:

As características essenciais do transtorno do espectro autista são prejuízo persistente na comunicação social recíproca e na interação social (Critério A) e padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades (Critério B). Esses sintomas estão presentes desde o início da infância e limitam ou prejudicam o funcionamento diário (Critérios C e D). [...] Manifestações do transtorno também variam muito dependendo da gravidade da condição autista, do nível de desenvolvimento e da idade cronológica; daí o uso do termo *espectro*. (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2014, p. 53).

Já a *World Health Organization* - Organização Mundial de Saúde (OMS) apresenta-se como responsável pela criação e publicação da Classificação Internacional de Doenças (CID), que define o padrão de classificação internacional para diagnóstico, monitoramento e quantificação de doenças, distúrbios e lesões para fins clínicos e de pesquisa (OMS, 2018). Em maio de 2019, foi apresentada durante a Assembleia Mundial da Saúde, em Genebra, na Suíça, a nova edição da CID, a CID 11, que entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2022. Nesta edição o TEA foi catalogado na categoria dos transtornos mentais, comportamentais ou do desenvolvimento neurológico, sob o código 6A02 e foram incluídos ao TEA o Transtorno Autista e o Atraso Generalizado no Desenvolvimento, e excluídos o Transtorno da Linguagem do Desenvolvimento e a Esquizofrenia ou outros transtornos psicóticos primários. A OMS com esta versão CID 11 (versão nº 04/2019), caminha ao encontro do disposto no DSM-5, ao descrever que:

O distúrbio do espectro do autismo é caracterizado por déficits persistentes na capacidade de iniciar e sustentar interação social recíproca e comunicação social, e por uma série de padrões de comportamento e interesses restritos, repetitivos e inflexíveis. O início do distúrbio ocorre durante o período de desenvolvimento, geralmente na primeira infância, mas os sintomas podem não se manifestar completamente até mais tarde, quando as demandas sociais excedem as capacidades limitadas. Os déficits são suficientemente severos para causar prejuízos nas áreas pessoais, familiares, sociais, educacionais, ocupacionais ou outras áreas importantes do funcionamento e são geralmente uma característica generalizada do funcionamento do indivíduo observável em todos os ambientes, embora possam variar de acordo com o desempenho social, educacional ou outros contextos. (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2019).

Tomaremos conjuntamente as características e definições do DSM-5 e da CID 11 como definições norteadoras do TEA neste trabalho.

No Brasil em 2012 foi instituída, pela presidenta Dilma Rousseff, a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista – Lei nº 12.764/2012 – que passou a considerar pessoas com TEA como sujeito com deficiência, para todos os

efeitos legais. Com este enquadramento garante-se às pessoas com TEA todos os direitos elencados no Estatuto da Pessoa com Deficiência de 2015.

1.3 Contexto educacional da pessoa com TEA na Educação Superior em âmbito nacional

O aluno com deficiência, incluído na Educação Básica, encontra diversas dificuldades no processo de escolarização. Trata-se de um percurso em ambientes escolares com muitas barreiras que vão desde as precárias estruturas físicas das instituições à falta de formação adequada dos professores, o que dificulta a aprendizagem e a adaptação dos educandos no ambiente escolar. O aluno com deficiência enfrenta, ainda, o preconceito por parte dos colegas e da sociedade em geral.

No tocante ao aluno com TEA, por decorrência das características e comportamentos típicos do transtorno, como dificuldades de interação social e dificuldade de comunicação, é importante romper a barreira do preconceito no ambiente educacional para que este aluno consiga chegar à universidade com maior chance de permanência e aproveitamento na Educação Superior. Trata-se de um enfrentamento que deve ser travado desde a educação básica, orientando os alunos para:

Melhorar o pensamento das crianças em relação ao colega que é diferente, ensinando-os a respeitá-los, pois muitas crianças chegam às escolas cheias de preconceitos, a própria sociedade precisa passar por reformas em sua forma de ver o próximo e esse é um longo caminho a ser percorrido para que as novas gerações tenham êxito na convivência com as diferenças, trabalhando o pensamento das crianças de hoje, elas serão os cidadãos de amanhã (BRAGA, 2012).

No processo educacional do aluno com TEA é fundamental a mediação, seja esta por instrumentos, como computadores, ou pessoas, como colegas, auxiliares pedagógicos e professoras/professores para proporcionar uma inclusão efetiva deste aluno, auxiliando-o no processo de ensino-aprendizado através da interação social, bem como no processo de organização e sistematização dos conteúdos. A inclusão de pessoas com TEA na Educação Superior demanda uma reflexão sobre o currículo norteador das práticas nas IES, para que seja considerado a individualidade do aluno no processo de construção do conhecimento, e, partindo dessa reflexão, as IES podem aprimorar suas concepções de atividades, avaliações e utilização de recursos no ensino para promover um processo de ensino/aprendizagem que atenda aos alunos com TEA na medida de suas necessidades.

Para Cunha (2005), o atendimento pedagógico para alunos com distúrbios de comportamento requer uma estrutura com espaços adequados, equipamentos bem preparados e equipe especializada. Mesmo com o atendimento ocorrendo em um ambiente social deve ser dada atenção individual ao aluno, com atividades não apenas voltadas ao conteúdo, mas que também proporcionem a melhoria da qualidade de vida do aluno por meio do convívio na sociedade. Nesse processo o educador precisa não apenas de conhecimento sobre a condição do aluno, mas de sensibilidade “para que a atuação educacional não seja uma violência contra sua condição limitada, deve respeitar suas possibilidades de realização pessoal e sua forma de expressão” (CUNHA, 2005, p. 122) e criar oportunidades que valorizem a criação de vínculo e explorar as potencialidades do aluno.

Bastos (2005) alerta para a importância de observar o aluno com TEA em sala de aula, registrando seus comportamentos, suas reações diante das situações de conflito, preferências, resistências, indiferenças, comunicação, rituais e outras, para assim detectar quais os interesses e habilidades do aluno e explorá-los no contexto educacional. A autora cita que as estratégias educativas no atendimento psicopedagógico devem contemplar alguns aspectos como:

- Considerar o autismo um transtorno do desenvolvimento.
- Priorizar objetivos funcionais e a necessidade de intervenção em ambientes naturais de interação.
- Utilizar procedimentos baseados nas técnicas de modificação de comportamento.
- Promover um ambiente estruturado e previsível.
- Objetivar a evolução e adaptação dos objetivos às características pessoais dos alunos, definindo os pré-requisitos evolutivos e funcionais. Sistemas de generalização das condutas aprendidas.
- Envolver a família e a comunidade.
- Ser intensivas e precoces.
- Ignorar as condutas indesejáveis, e reforçar situações de potencialização de habilidades adaptadas e alternativas.
- Promover procedimentos de antecipação e previsão das mudanças ambientais.
- Desenvolver sistemas para o controle dos comportamentos.
- Desenvolver sistemas de signos e linguagem.
- Oportunizar experiências positivas e lúdicas de relação interpessoal.
- Promover condições de aprendizagem sem erros.
- Propiciar contextos e objetivos individualizados de tratamento e aprendizagem.
- Compreender o núcleo disfásico do autista.
- Propor atividades com sentido explícito para o aluno.
- Negociar a inflexibilidade comportamental.
- Cuidar para que o atendimento não seja a aplicação neutra de técnicas, mas sim, na essência, uma extensa e profunda relação comunicativa. (BASTOS, 2005, p. 134).

Ao encontro do proposto por Bastos, Freire (2005) enfatiza a importância de se respeitar a condição humana do aluno, ou seja, respeitar os direitos básicos a que fazem jus

todos os alunos, oferecendo condições de aprendizagem, valorizando o esforço de cada um, respeitando seus ritmos, preferências e rituais. Para a autora, é “fundamental considerar o nível de desenvolvimento em que o aluno se encontra para que sejam priorizados objetivos que atendam suas diferenças individuais” (FREIRE, 2005, p. 143). Na mesma direção, Gomes (2007) acredita que as pessoas com autismo aprendem de forma eficaz, mas para isso deve-se utilizar procedimentos de ensino adequados às suas características e adaptados a cada indivíduo.

Com relação à Educação Superior, a PNIPPD trouxe orientações relevantes que versam sobre o direito da pessoa com deficiência a adaptações de provas bem como o apoio necessário ao processo seletivo para ingresso em cursos universitários de IES:

Art. 27. As instituições de ensino superior deverão oferecer adaptações de provas e os apoios necessários, previamente solicitados pelo aluno portador de deficiência, inclusive tempo adicional para realização das provas, conforme as características da deficiência.

§ 1º As disposições deste artigo aplicam-se, também, ao sistema geral do processo seletivo para ingresso em cursos universitários de instituições de ensino superior.

§ 2º O Ministério da Educação, no âmbito da sua competência, expedirá instruções para que os programas de Educação Superior incluam nos seus currículos conteúdos, itens ou disciplinas relacionadas à pessoa portadora de deficiência. (BRASIL, 1999).

Com o advento do EPC, em 2015, percebe-se um avanço no processo de inclusão de pessoas com TEA à Educação Superior, não apenas com relação ao acesso, mas também orientando às ações que promovam a permanência destas pessoas na Educação Superior:

Art. 28. Incumbe ao poder público assegurar, criar, desenvolver, implementar, incentivar, acompanhar e avaliar:

I – Sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades [...]

II – Aprimoramento dos sistemas educacionais, visando a garantir condições de acesso, permanência, participação e aprendizagem [...]

III – Projeto pedagógico que institucionalize o atendimento educacional especializado[...]

XIII – Acesso à Educação Superior e à educação profissional e tecnológica em igualdade de oportunidades e condições com as demais pessoas;

XVII – Oferta de profissionais de apoio escolar;

Art. 30. Nos processos seletivos para ingresso e permanência nos cursos oferecidos pelas instituições de ensino superior [...] devem ser adotadas as seguintes medidas:

I - atendimento preferencial à pessoa com deficiência nas dependências das Instituições de Ensino Superior (IES) e nos serviços;

II - disponibilização de formulário de inscrição de exames com campos específicos para que o candidato com deficiência informe os recursos de acessibilidade e de tecnologia assistiva necessários para sua participação;

III - disponibilização de provas em formatos acessíveis para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência;

IV - disponibilização de recursos de acessibilidade e de tecnologia assistiva adequados, previamente solicitados e escolhidos pelo candidato com deficiência;

V - dilação de tempo, conforme demanda apresentada pelo candidato com deficiência, tanto na realização de exame para seleção quanto nas atividades acadêmicas, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade; [...]. (BRASIL, 2015).

O acesso das pessoas com TEA à Educação Superior marca um avanço das políticas educacionais, porém, é necessário garantir que essas pessoas não apenas tenham acesso à Educação Superior, mas que nela permaneçam fazendo parte da Educação Superior em sua completude. Ultrapassar a barreira dos processos seletivos não é um fator garantidor de que o aluno com necessidades educacionais especiais alcançará sua formação na Educação Superior, embora já seja um avanço alcançado, principalmente, após 2016, quando foi publicada a Lei nº 13.409/2016 que altera a Lei nº 12.711/2012, Lei de Cotas, prevendo a reserva de vagas para pessoas com deficiência (categoria que atualmente incluem-se as pessoas com TEA) nos cursos técnicos de nível médio e superior das instituições federais de ensino. Enquanto a barreira do acesso das pessoas com TEA à Educação Superior se apresenta em processo de transponibilidade, há que se falar ainda na barreira da permanência.

É necessário a implementação de ações institucionais, com base em políticas públicas, que permitam aos alunos com TEA condições de permanência e conclusão da Educação Superior, respeitando suas particularidades. Neste sentido, desde 2005, no governo do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Ministério da Educação (MEC), lança o Programa Acessibilidade ao Ensino Superior – o Incluir. Conforme apresentação do programa no sítio do MEC na internet, o programa concede apoio financeiro para a criação ou reestruturação e consolidação dos Núcleos de Acessibilidade (NAs) nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). A partir de 2012 o MEC passou a destinar aporte de recurso financeiro, diretamente previsto na matriz orçamentária das IFES, destinado a institucionalizar ações de políticas de acessibilidade nas instituições por meio dos NAs.

Os NAs ficarão responsáveis pela organização de ações institucionais como a eliminação de barreiras comportamentais, pedagógicas, arquitetônicas e de comunicação que garantam a inclusão das pessoas com deficiência à vida acadêmica. Essas ações se estruturam com base nos seguintes eixos:

a) infraestrutura

Os projetos arquitetônicos e urbanísticos das IFES são concebidos e implementados, atendendo os princípios do desenho universal.

b) currículo, comunicação e informação

A garantia de pleno acesso, participação e aprendizagem das pessoas com deficiência, dá-se por meio da disponibilização de materiais didáticos e pedagógicos

acessíveis; de equipamentos de tecnologia assistiva e de serviços de guia-intérprete e de tradutores e intérpretes de Libras.

c) programas de extensão

A participação da comunidade nos projetos de extensão é assegurada a todos e todas, por meio da efetivação dos requisitos de acessibilidade. Além disso, disseminar conceitos e práticas de acessibilidade por intermédio de diversas ações extensionistas, caracteriza-se em compromisso institucional com a construção de uma sociedade inclusiva.

d) programas de pesquisa

O desenvolvimento de pesquisa básica e aplicada, abrangendo as inúmeras áreas do conhecimento tem sido importante mecanismo para o avanço da inclusão social das pessoas com deficiência, quando se fundamenta no princípio da transversalidade, do desenho universal e no reconhecimento e valorização da diferença humana, compreendendo a condição de deficiência como característica individual. Assim, é possível, dentro das especificidades de cada programa de pesquisa, articular, ressignificar e aprofundar aspectos conceituais e promover inovação, ao relacionar as áreas de pesquisa com a área da tecnologia assistiva. (BRASIL, 2013).

Esta pesquisa apresenta uma investigação no campo teórico, em que se almeja levantar as principais contribuições conceituais e teóricas no campo da educação inclusiva, especificamente, sobre a inclusão de pessoas com TEA na Educação Superior.

2 PERCURSO METODOLÓGICO

Iniciamos este capítulo esclarecendo à banca e às futuras leitoras e futuros leitores, que este estudo passou por adaptações quanto à natureza metodológica e aos objetivos.

A princípio tratava-se de um estudo qualitativo, exploratório, valendo-se, enquanto método, da História de vida, com entrevistas não estruturadas como instrumento de coleta de dados, onde se objetivava entrevistar Discentes de Graduação da Universidade Federal de Goiás (UFG) com TEA, de modo a identificar a percepção dos mesmos sobre as ações institucionais de apoio/suporte dentro do contexto da vida acadêmica. As entrevistas estavam previstas para serem realizadas após o início do semestre letivo 2020/1 (março-abril), pois, foi adotado como estratégia de campo que as entrevistas ocorreriam nas instalações acadêmicas, por ser um local conhecido dos entrevistados, para que se sentissem confortáveis, seguros e ambientados.

Contudo, a realidade mundial, sobretudo na área da educação, sofreu a situação de excepcionalidade da pandemia de COVID-19. Especificamente no âmbito da UFG, algumas implicações decorrentes da pandemia como a Nota Oficial da UFG de 15-03-2020, do Comitê UFG para o Gerenciamento da Crise COVID-19, que suspendeu as aulas presenciais desta instituição por 15 dias, bem como as Resoluções CONSUNI nº 18/2020 e 18R/2020, que suspenderam por tempo indeterminado, os calendários acadêmicos vigentes na universidade, a partir de 16 de março de 2020, interferiram no desenvolvimento do plano de trabalho da produção da pesquisa impedindo a realização da pesquisa de campo. Diante disso tivemos que repensar o trabalho em outra perspectiva.

Em atendimento às orientações dos órgãos de saúde que alertavam à importância do distanciamento social para prevenção de contágio e disseminação do Novo Coronavírus decidimos não fazer as entrevistas pessoalmente para proteção do pesquisador e das pessoas participantes da pesquisa. Por se tratar de pessoas com TEA, que pela natureza do transtorno possuem pouca interação social, as entrevistas mediadas por Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) e o envio de questionários não integravam a estratégia de coleta de dados, o que tornou a pesquisa de campo inviável. A incerteza sobre a retomada das aulas e as condições desta retomada nos fez acreditar durante um tempo que o trabalho teria se perdido.

Fortalecemos nossa característica resiliente, tão importante à vida de quem faz pesquisa, e embora afetados pela sensação de frustração e incertezas que pairavam sobre o futuro desta, transformamos estas sensações em provocações de como adaptar a mesma de tal forma que não se apresentasse como um trabalho menor ou menos robusto, nem tão pouco

com menos consistência. Decidimos então por fazer um estudo documental, com organização, empenho e dedicação, no tempo que dispomos devido às adaptações do cronograma.

Acreditamos ser relevante discorrer sobre esse contexto para registrar às futuras gerações sobre o impacto que uma pandemia causa no processo de construção de uma pesquisa em andamento. Quanto ao estudo anteriormente planejado, ainda não o abandonamos por completo, é de nosso interesse promovê-lo em momento vindouro. Dito isso, apresentaremos a seguir o percurso metodológico que percorremos nesta pesquisa.

2.1 Tipo de pesquisa

Por se tratar de um tema recente no campo da Educação Superior, a pesquisa é considerada do tipo exploratória que, conforme Gil (2010), possui a principal finalidade de desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias sobre um tema pouco explorado, objetivando obter uma visão geral, aproximativa sobre determinado fato. Para alcançar o objetivo proposto na pesquisa, nos valem enquanto método da Revisão Sistemática da Literatura.

As organizações internacionais Joanna Briggs Institute (JBI) e Colaboração Cochrane são as principais responsáveis pela disseminação da Revisão Sistemática (RS) enquanto metodologia. Segundo a JBI a RS visa fornecer uma síntese abrangente e imparcial que resume o conhecimento de estudos relevantes sobre um determinado assunto em um único documento usando métodos rigorosos e transparentes (AROMATARIS; MUNN, 2020). Para a Cochrane a RS se constitui como uma revisão de uma questão claramente formulada que usa métodos sistemáticos e explícitos para identificar, selecionar e avaliar criticamente pesquisas relevantes e para coletar e analisar dados dos estudos incluídos na revisão (HIGGINS et al., 2019).

Tanto a JBI como a Cochrane possuem manuais que orientam sobre quais etapas deve-se proceder para produzir uma RS de qualidade. Essas etapas formam o protocolo de revisão, que norteará a forma como a RS se desenvolverá, garantindo a replicabilidade e o rigor metodológico da mesma, como em uma pesquisa científica experimental. Os principais componentes que devem compor o protocolo são: definição da questão norteadora, critérios de elegibilidade dos estudos, estratégia de busca dos estudos, seleção dos estudos, coleta de dados, avaliação crítica dos estudos. Após coletar os dados seguindo o protocolo, a RS culmina-se com a apresentação e interpretação dos dados obtidos. (AROMATARIS; MUNN, 2020; HIGGINS et al., 2019).

Para esta pesquisa adotaremos um Protocolo de Revisão (Apêndice A) que foi produzido com base nas orientações da JBI e da Cochrane, e será composto pelas etapas que estão descritas nos tópicos que se seguem.

2.2 Definição da questão norteadora

De acordo com Higgins et al. (2019) esta etapa é a primeira e mais importante decisão a se tomar no processo de preparação de uma RS, pois é a questão norteadora que definirá o foco do estudo. Uma pergunta bem formulada servirá de guia para muitas etapas no processo de revisão, como à determinação dos critérios de elegibilidade, à busca de estudos, à coleta de dados dos estudos incluídos, à estruturação das sínteses e também à apresentação dos resultados.

Uma pergunta norteadora deve enquadrar claramente o objetivo da RS, ou seja, qual problema/questão a RS se propõe a solucionar/responder. Desta forma, para se definir uma boa questão norteadora, deve-se analisar se a mesma atende aos critérios FINER, acrônimo em inglês para as palavras *Feasible, Interesting, Novel, Ethical, e Relevant*, que indicam que a pergunta (objetivo da RS) deve ser, respectivamente, Viável, Interessante, Novo, Ético e Relevante. (HIGGINS et al., 2019).

Desta maneira elegemos a questão norteadora desta Revisão Sistemática como sendo: "Quais os estudos publicados sobre Educação Superior de pessoas com Transtorno do Espectro Autista no Brasil?".

2.3 Critérios de elegibilidade dos estudos

A JBI, esclarece que é na definição dos critérios de elegibilidade dos estudos que é detalhada a base sobre a qual os mesmos serão considerados para inclusão ou exclusão na RS e os critérios devem ser, tanto quanto possível, claros e inequívocos (AROMATARIS; MUNN, 2020).

Uma das características que distinguem uma RS de uma revisão narrativa (RN) é que na RS deve-se especificar previamente os critérios para incluir e excluir estudos na revisão (critérios de elegibilidade), e essas decisões devem ser documentadas e justificadas no protocolo de revisão (HIGGINS et al., 2019)

Os critérios de elegibilidade, pré-definidos no protocolo da revisão é o que permite a característica da RS de fornecer resultados que evitam vieses, pois, o pesquisador deve seguir

o protocolo para selecionar os estudos elegíveis antes de proceder com a leitura dos mesmos. Nesta pesquisa a estratégia utilizada para inclusão dos estudos, corresponde a três critérios que estão descritos no quadro seguinte:

Quadro 1 — Critérios para elegibilidade dos estudos

Critérios	Elegíveis
1. População	Pessoas com TEA
2. Contexto social	Educação superior
3. <i>Locus</i>	Brasil

Fonte: Quadro elaborado pelo autor (2020)

Para que um estudo seja considerado "Elegível" todos os critérios de elegibilidade devem ser atendidos, concomitantemente, de tal forma que se os estudos encontrados não atenderem a um dos critérios de elegibilidade, então o estudo já será considerado como "Não Elegível" para esta RS, sem que necessite averiguar se atende aos outros critérios. Os critérios escolhidos, justificam-se por representarem critérios de seleção indispensáveis à obtenção de resultados que atendem à Pergunta Norteadora (Objetivo) da Revisão.

Tendo em vista o princípio metodológico adotado, orientado pelos objetivos e questão norteadora, os critérios "População" e "Contexto social" buscaram selecionar estudos que abordassem pessoas com TEA no contexto educacional da Educação Superior, não sendo relevante para esta RS estudos que não versem sobre pessoas com TEA, ou que abordem pessoas com TEA em contextos adversos, como saúde, reabilitação, trabalho, convívio social, convívio familiar e até mesmo contexto educacional ao nível de educação básica.

2.4 Estratégia de busca dos estudos

Segundo a JBI, no processo de descrever a estratégia de pesquisa deve-se justificar o período escolhido para a pesquisa e declarar quaisquer restrições de idioma, além de identificar e listar os recursos acessados, como as plataformas de busca e bancos de dados a serem pesquisados. (AROMATARIS; MUNN, 2020).

Segue detalhamento de como procedemos com as pesquisas dos estudos que serão incluídos nesta RS.

Consideramos três tipos de estudo para compor esta RS: Artigos Científicos, Dissertações de Mestrado e Teses de Doutorado.

No tocante ao período de publicação dos estudos, decidimos não limitar um recorte temporal, compreendendo então todos os disponíveis nas plataformas de busca de tal forma que não se percam estudos iniciais da área, que possam ser potencialmente relevantes para que possamos ter uma visão ampla de como os mesmos se desenvolveram no decorrer do tempo.

Como a pergunta investigativa pretende apresentar os estudos acerca de contextos brasileiros, o critério de "Idioma em língua portuguesa", não foi aplicado, como possibilidade de que a busca encontre estudos em qualquer idioma, com resumo em língua portuguesa, que possam integrar a presente RS caso atendam aos critérios de elegibilidade.

Quanto aos recursos, optamos por utilizar três portais de busca amplamente reconhecidos pela comunidade acadêmica e científica em âmbito nacional por estarem vinculados a instituições sérias e por possuírem uma ampla gama de banco de dados, que possibilitam uma grande abrangência da pesquisa, concedendo à mesma a credibilidade essencial à pesquisa acadêmica.

Os portais de busca utilizados foram: A Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) vinculada ao Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), que possui um acervo composto, conforme dados da instituição, de 465.962 dissertações de mestrado e 169.930 teses de doutorado de 121 instituições. O Catálogo de Teses e Dissertações e o Portal de Periódicos vinculados à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que conta respectivamente, conforme informações oficiais, com um acervo de 804.085 dissertações de mestrado e 278.288 teses de doutorado e mais de 59.549.354 publicações periódicas em 130 bases referenciais.

Para a identificação dos estudos tanto no Catálogo de Teses e Dissertações CAPES, como no Portal de Periódicos CAPES e na BDTD, utilizamos os seguintes descritores e operadores booleanos: ("transtorno do espectro autista" OR autismo OR autista) AND ("ensino superior" OR "Educação Superior" OR graduação) NOT ("ensino fundamental" OR "educação infantil" OR "ensino médio" OR criança). A primeira sentença, destina-se para selecionar estudos que versem sobre a população (Critério de Elegibilidade 1) enquanto a segunda sentença, destina-se para selecionar estudos que abordem sobre o contexto social (Critério de Elegibilidade 2), a utilização dos descritores em língua portuguesa selecionará os estudos com título, palavras-chave ou resumos em português, mesmo que o texto na íntegra esteja em outra língua (Critério de Elegibilidade 3). Utilizou-se dos operadores lógicos de pesquisa (operadores booleanos) que relacionam as palavras ou grupos de palavras no

processo da busca dos estudos, desta forma a utilização do operador booleano "OR" tem a função de recuperar estudos que contenham qualquer um dos termos de cada sentença, o operador booleano "AND" tem a função de fazer a intersecção entre as sentenças enquanto o operador booleano "NOT", exclui estudos que contenham os termos que compõem a sentença que o sucede.

A busca dos estudos que constam nesta pesquisa foi realizada no dia 12/07/2020 e seguindo os critérios propostos pelo Protocolo de Revisão foram encontrados 07 estudos, sendo 01 estudo encontrado no Catálogo de Teses e Dissertações CAPES, 04 estudos encontrados no Portal de Periódicos CAPES e 02 estudos encontrados na BDTD.

2.5 Seleção dos estudos

Após a identificação dos estudos que atendem aos critérios do Protocolo de Revisão, passamos para a etapa de decidir quais destes estudos integrariam a pesquisa. Esta decisão é, segundo Higgins et al. (2019), uma das decisões mais influentes feitas no processo de revisão, pois envolve julgamento de valor, portanto, deve-se documentar e justificar quais estudos foram excluídos.

O processo de seleção de estudos para inclusão na revisão foi constituído das seguintes etapas:

Etapas 1. Examinar os títulos, palavras-chave e resumos para remover estudos irrelevantes.

Etapas 2. Recuperar o texto completo dos estudos potencialmente relevantes.

Etapas 3. Examinar o texto completo dos estudos potencialmente relevantes.

Etapas 4. Tomar as decisões finais sobre a inclusão do estudo e prosseguir para a coleta de dados.

Percorrido as etapas de 1 e 2 descritas acima foram selecionados os seguintes estudos: do Catálogo de Teses e Dissertações CAPES, 01 estudo, do tipo dissertação; da BDTD 02 estudos do tipo dissertação e do Portal de Periódicos CAPES 04 estudos do tipo Artigo Científico. Todos os estudos estão relacionados no Quadro 2, que se segue:

Quadro 2 — Relação de estudos potencialmente relevantes para esta Pesquisa

Estudo	Título	Autoria	Ano	Tipo de estudo
1	TRAJETÓRIA ACADÊMICA DE UM PÓS-GRADUANDO COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA	Ana Gabriela Olivati; Lúcia Pereira Leite	2017	Artigo
2	PERFIL ACADÊMICO DOS ESTUDANTES COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA MATRICULADOS NO ENSINO SUPERIOR	Solange Cristina da Silva; Daniela Ribeiro Scchneider; Erikson Kaszubowski; Adriano Henrique Nuernberg	2019	Artigo
3	CONSULTORIA COLABORATIVA NO ENSINO SUPERIOR, TENDO POR FOCO UM ESTUDANTE COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA	Grace Cristina Ferreira; Vera Lucia Messias Fialho	2018	Artigo
4	A INSERÇÃO DO AUTISTA NO MEIO ACADÊMICO E PROFISSIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	Bruna Santos Costa; Eduardo Bento Nakandakare; Eduardo Paulino	2014	Artigo
5	A TRAJETÓRIA DE INCLUSÃO DE UM ESTUDANTE COM AUTISMO, DA EDUCAÇÃO BÁSICA À EDUCAÇÃO SUPERIOR: DESAFIOS E POSSIBILIDADES.	Dulcimar Lopes Carvalho	2017	Dissertação
6	INDICADORES PARA A CONSTRUÇÃO DE REA NA EDUCAÇÃO SUPERIOR EM UMA PERSPECTIVA DE INCLUSÃO	Renato Pandur Maria	2019	Dissertação
7	PERCEPÇÃO DO SUPORTE SOCIAL E TRAJETÓRIA ACADÊMICA DE ESTUDANTES COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA EM UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA	Ana Gabriela Olivati	2017	Dissertação

Fonte: Quadro elaborado pelo autor (2020)

Procedida a etapa 3, após finalizada a etapa 4 de decisão final sobre quais estudos seriam incluídos nesta pesquisa e seguiriam à etapa de extração de dados, entendemos que os 07 estudos pré-selecionados atendem completamente aos critérios de elegibilidade para esta pesquisa.

2.6 Coleta de dados

Para o procedimento de coleta de dados, extraiu-se dos estudos selecionados as características/dados para comparação. A coleta de dados foi realizada preenchendo formulário específico, intitulado Formulário de Coleta de Dados (Apêndice B, C, D, E, F, G e H) para cada estudo que compõe esta Pesquisa.

2.7 Síntese dos dados

Para Higgins et al. (2019) a síntese é um processo de reunir dados de um conjunto de estudos incluídos com o objetivo de tirar conclusões sobre um corpo de evidências. Nesta pesquisa utilizamos uma síntese por meio do método de metassíntese qualitativa, que é a combinação dos resultados dos estudos de forma narrativa.

Alencar e Almouloud (2017) afirmam que a metassíntese qualitativa concede condição para que o pesquisador reinterprete estudos e produza novas explicações e compreensões do tema investigado permitindo que os estudos primários sejam estudados com profundidade, desenvolvendo análises através de relações entre as pesquisas, como comparações, semelhanças e diferenças, e a partir dessa análise e reflexão a metassíntese qualitativa se constitui apresentando o objeto de investigação em alto nível de abstração e compreensão.

Para a síntese dos dados por metassíntese seguimos os passos descritos a seguir:

Etapa 1. Determinar quais estudos são semelhantes o suficiente para serem agrupados para comparação.

Etapa 2. Configurar quais características/dados serão comparados.

Etapa 3. Preparar quadros de comparação para cada característica/dado.

Etapa 4. A própria síntese: Fazer uma síntese ou fornecer um relatório narrativo e interpretativo que descreva os resultados.

A apresentação e análise dos dados estão descritos no próximo capítulo.

3 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA

Neste capítulo, apresentamos por metassíntese, os dados que foram extraídos dos estudos que compõem esta pesquisa. Esta base metodológica possibilita contribuir com o conhecimento na área a que a pesquisa se vincula por meio de análise de cunho teórico, prático e de aspectos políticos por permitir:

(...) uma avaliação do que foi produzido academicamente na área, identificando as possíveis melhorias que podem ser realizadas nas teorias e metodologias utilizadas e mesmo se as tendências de investigação ainda necessitam ser abordadas e quais os pontos frágeis que precisam ser aprofundados. Assim, essas investigações são organizadas, esclarecidas e resumem as principais ideias e obras do tema investigado, fornecendo dados existentes na literatura relevante de uma área. (ALENCAR; ALMOULOU, 2017, p. 209).

Com o objetivo de levantar evidências científicas que permitam a imersão no assunto "Alunos com TEA na Educação Superior", o presente estudo se apresenta como uma pesquisa com Análise de Conteúdo enquanto método de análise de dados de base qualitativa, conforme o entendimento de Flick (2013, p. 134) consideramos que "A análise de conteúdo tem por objetivo classificar o conteúdo dos textos alocando as declarações, sentenças ou palavras a um sistema de categorias".

A Análise de Conteúdo parte do tratamento dado aos estudos selecionados. Para Bardin (1977, p. 103, 104), esta etapa, também chamada de codificação é o "processo pelo qual os dados brutos são transformados sistematicamente e agregados em unidades, as quais permitem uma descrição exata das características pertinentes do conteúdo". Para procedermos com a abordagem qualitativa da análise de conteúdo nos debruçamos não em estabelecer frequência de aparição dos elementos que foram utilizados como características dos estudos, mas sim recorremos a destacar a presença (ou ausência) destes indicadores não frequenciais, susceptíveis de permitir inferências. Desta forma, ao encontro do que foi descrito pelo autor, consideramos que a característica da análise qualitativa, é que sempre que uma inferência é realizada, sua fundamentação está sobre a presença (ou não) de um determinado índice, e não sobre a frequência da aparição do mesmo.

Como estratégia de comparação, agrupamos os estudos selecionados em dois grupos. O Grupo 1 foi composto pelos textos do tipo Artigo Científico, enquanto que o Grupo 2 foi composto por textos do tipo Dissertação.

Para a comparação do Grupo 1, foram analisados os seguintes dados: Título (Dado 1), Autoria (Dado 2), Revista de publicação (Dado 3), Editora (Dado 4), Data de publicação

(Dado 5), Idioma de publicação do texto completo (Dado 6), Palavras-Chave (Dado 7), Problemática (Dado 8), Objetivo (Dado 9), Procedimento Metodológico (Dado 10), Resultado (Dado 11), Abordagem teórica (Dado 12), Conclusão (Dado 13), Considerações éticas (Dado 14), e Financiamento (Dado 15) dos estudos.

No que diz respeito ao Grupo 2, foram analisados os seguintes dados: Título (Dado 1), Autoria (Dado 2), Programa de Pós-Graduação (Dado 3), Data Defesa (Dado 4), Idioma (Dado 5), Palavras-chave (Dado 6), Problemática (Dado 7), Objetivo (Dado 8), Procedimento Metodológico (Dado 9), Resultado (Dado 10), Abordagem/concepção teórica (Dado 11), Conclusão (Dado 12), Considerações éticas (Dado 13) e Financiamento (Dado 14) dos estudos.

3.1 Metassíntese e análise de conteúdo

3.1.1 Dos títulos dos estudos

Os estudos do tipo artigo (Grupo1) que compõem esta pesquisa possuem os seguintes títulos: "Trajetória Acadêmica de um pós-graduando com Transtorno do Espectro Autista" (Estudo 1); "Perfil acadêmico dos estudantes com Transtorno do Espectro Autista matriculados no Ensino Superior" (Estudo 2); "Consultoria colaborativa no Ensino Superior, tendo por foco um estudante com Transtorno do Espectro Autista" (Estudo 3) e "A inserção do autista no meio acadêmico e profissional de tecnologia da informação" (Estudo 4).

Percebe-se que apenas o Estudo 4 apresenta em seu título o termo "autista" para se referir à pessoa com TEA, os demais estudos apresentam nos títulos a expressão "acadêmico/estudante com Transtorno do Espectro Autista" no título para se referir à pessoa com TEA.

No caso do Estudo 4 que se refere à pessoa com TEA como "autista" percebe-se no decorrer do texto a mesma forma de se referir a este grupo, embora o uso do termo "Transtorno do Espectro Autista" apareça no texto para se referir ao transtorno. O que nos leva a interpretar que os autores apesar de terem conhecimento da nomenclatura atualmente utilizada para se referir ao transtorno, optaram por utilizar um termo que consideramos não ser uma terminologia apropriada ao referenciar a pessoa com TEA.

Segundo Sasaki (2002) o cuidado com a linguagem é um dos aspectos que deve ser observado no processo de construção de uma verdadeira inclusão, pois, por meio da linguagem se expressa o respeito ou a discriminação às pessoas com deficiências. Com o

intuito de orientar profissionais da área de comunicação e educação, que falam ou escrevem sobre o assunto da inclusão, Sassaki (2002) afirma que historicamente a terminologia sobre deficiência passou por algumas alterações.

Alguns termos como inválido, incapacitado e defeituoso eram termos que até a década de 80 eram frequentemente utilizados, porém:

A partir de 1981, por influência do Ano Internacional das Pessoas Deficientes, começa-se a escrever e falar pela primeira vez a expressão pessoa deficiente. O acréscimo da palavra pessoa, passando o vocábulo deficiente para a função de adjetivo, foi uma grande novidade na época. No início, houve reações de surpresa e espanto diante da palavra pessoa: “Puxa, os deficientes são pessoas!?” Aos poucos, entrou em uso a expressão pessoa portadora de deficiência, frequentemente reduzida para portadores de deficiência. Por volta da metade da década de 90, entrou em uso a expressão pessoas com deficiência, que permanece até os dias de hoje. [...] Pessoas com deficiência vêm ponderando que elas não portam deficiência; que a deficiência que elas têm não é como coisas que às vezes portamos e às vezes não portamos (por exemplo, um documento de identidade, um guarda-chuva) (SASSAKI, 2002, p. 2,8).

Entendemos que as alterações nessa nomenclatura se devem por representarem significados compatíveis com cada época e contexto social de uma sociedade que está em constante evolução. Embora não tenha existido um único termo considerado correto ou legítimo para se tratar as pessoas com deficiência de forma válida em todos os tempos e espaços, a maioria dos documentos atuais sobre direitos das pessoas com deficiência utilizam-se da nomenclatura "pessoa com deficiência" para expressar que a condição de ter uma deficiência faz parte da pessoa, não sendo neste sentido algo que a pessoa porta.

Ao encontro do exposto na sítio do Ministério Público do Paraná, na internet, entendemos que, também, a utilização de termos isolados que ressaltam a deficiência da pessoa como, por exemplo cego, surdo ou autista, foco desta pesquisa, são consideradas expressões não apropriadas, pois trazem o estigma da deficiência como definidora da pessoa, ao contrário da expressão pessoa com deficiência visual/auditiva ou pessoa com TEA que ressaltam a pessoa à frente da deficiência, colocando a deficiência como uma característica que compõe o indivíduo e não como uma única definição do indivíduo. Essa é uma forma mais humanizada de se referir à pessoa com deficiência independente de suas condições, por esse motivo consideramos o termo "autista", presente no título (e em todo o texto) do Estudo 4, como um termo inapropriado.

O Quadros 3, que se segue, apresenta os dados referente aos títulos dos estudos do Grupo 1 para melhor comparação:

Quadro 3 — Grupo 1 - Dado 1: Título dos estudos

Estudo 1	Estudo 2	Estudo 3	Estudo 4
Trajetória Acadêmica de um pós-graduando com Transtorno do Espectro Autista	Perfil acadêmico dos estudantes com Transtorno do Espectro Autista matriculados no Ensino Superior	Consultoria colaborativa no Ensino Superior, tendo por foco um estudante com Transtorno do Espectro Autista	A inserção do autista no meio acadêmico e profissional de tecnologia da informação

Fonte: Quadro elaborado pelo autor (2020)

A respeito dos títulos dos estudos do tipo Dissertação (Grupo 2), percebe-se que um estudo (Estudo 5) utiliza a expressão "Estudante com Autismo" para designar a pessoa com TEA. Como já mencionado no capítulo sobre o Percurso Teórico, a expressão "Espectro Autista" foi apresentada por Lorna Wing em 1988 (ASSUMPCÃO JR., 2005) para designar o *continnum* das características autistas e desde 2013 o DSM-5 (AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION, 2014) utiliza-se da nomenclatura "Transtorno do Espectro Autista" para diagnosticar transtornos que antes eram classificados separadamente, como é o caso do autismo infantil precoce, autismo infantil, autismo de Kanner, autismo de alto funcionamento, autismo atípico, transtorno global do desenvolvimento sem outra especificação, transtorno desintegrativo da infância e transtorno de Asperger. Neste sentido consideramos a expressão "Estudante com Autismo", presente no título do Estudo 5, uma expressão desatualizada.

Quanto aos outros estudos do Grupo 2, o Estudo 6 não faz referência à condição/deficiência que constitui o objeto que está sendo estudado, apresenta apenas que se trata de um contexto de Educação Superior em uma perspectiva de inclusão, no decorrer da leitura do texto fica claro que se trata de um estudo que focaliza a Educação Superior de uma pessoa com TEA. Já o Estudo 7, utiliza em seu título a nomenclatura atual e correta: Transtorno do Espectro Autista.

Segue Quadro 4, para comparação dos títulos dos estudos do Grupo 2:

Quadro 4 — Grupo 2 - Dado 1: Título dos estudos

Estudo 5	Estudo 6	Estudo 7
A Trajetória de Inclusão de um Estudante com Autismo: Da Educação Básica à Educação Superior: Desafios e Possibilidades	Indicadores para a construção de REA na Educação Superior em uma perspectiva de inclusão	Percepção do suporte social e trajetória acadêmica de estudantes com Transtornos do Espectro Autista em uma universidade pública

Fonte: Quadro elaborado pelo autor (2020)

3.1.2 *Das autorias dos estudos*

Quanto à autoria dos estudos, conforme apresentado no Quadro 5, percebemos que nenhum estudo do Grupo 1 foi publicado por apenas um autor, tendo os estudos 1, 2, 3 e 4, respectivamente, dois, quatro, dois e três autores(as), a saber: Ana Gabriela Olivatti e Lúcia Pereira Leite (Estudo 1); Solange Cristina da Silva, Daniela Ribeiro Schneider, Erikson Kaszubowski e Adriano Henrique Nuernberg (Estudo 2); Grace Cristina Ferreira Donati e Vera Lucia Messias Fialho Capellini (Estudo 3) e Bruna Santos Costa, Eduardo Bento Nakandakare e Eduardo Paulino (Estudo 4).

Ao contrário dos estudos do tipo Trabalhos de Conclusão de Curso (Monografia, Dissertação, Tese), que geralmente possuem um único autor, nos estudos do tipo Artigo Científico constitui-se uma prática comum serem escritos por múltiplos autores e ainda por coautores. Essa característica não é recente nem restrita às publicações nacionais, segundo Montenegro e Alves (1997) observa-se e discute-se este fenômeno em âmbito internacional, com estudos que remontam à década de 80.

Para Montenegro e Alves (1997) em um trabalho de pesquisa um indivíduo é o idealizador, definidor de objetivos, de material de estudo, de método e, em geral, responsável pela análise final dos resultados, este indivíduo deve figurar como autor principal do estudo e ter seu nome como o primeiro da lista de autores, porém, esta pessoa nem sempre possui domínio técnico de todos os métodos utilizados no trabalho, esta é a causa que leva à participação de outros indivíduos como coautores.

Neste sentido Monteiro et al. (2004) nos alerta que

O caráter multidisciplinar e aumento de complexidade das pesquisas, bem como o crescimento da especialização, inevitavelmente exigiram parcerias, em que pesquisadores se associaram a outros para unir talentos e habilidades, sem os quais o desenvolvimento de um projeto, muitas vezes, seria impossível. (MONTEIRO et al., 2004).

Embora o processo de uma pesquisa por vezes seja um constructo que envolve mais de uma pessoa, é preciso questionar quais delas deverão, de fato, ser incluídas na lista de autores/coautores no momento de uma publicação. As discussões em volta deste fenômeno são no sentido de coibir a inclusão de autores/coautores de forma irregular em artigos científicos. Monteiro et al. (2004) explana que algumas práticas não éticas no estabelecimento de autoria/coautoria em publicações científicas ocorrem das seguintes formas:

Autoria e/ou co-autoria "convidada" (*guest authors*) - pessoas que têm seus nomes incluídos como autores em um trabalho do qual não participaram; Autoria e/ou co-autoria "pressionada" - ocorre quando o responsável por um grupo exige a inclusão de seu nome em todos os trabalhos realizados por membros de sua equipe, mesmo naqueles onde sequer leu a redação final; e Autoria e/ou co-autoria "fantasma" - não inclusão de indivíduos que participaram de etapas importantes do estudo. Com muita frequência, alunos e outros profissionais, como estatísticos, embora tenham contribuído significativamente para a pesquisa não são incluídos (MONTEIRO et al., 2004).

Buscando entender o contexto acadêmico/profissional no qual os autores dos estudos estão inseridos, realizamos uma busca pelo nome dos autores na Plataforma Lattes/CNPQ, nas bases "Doutores" e "Demais pesquisadores (Mestres, Graduados, Estudantes, Técnicos, etc.)" com nacionalidade tanto "Brasileira" quanto "Estrangeira".

A partir dos resultados desta busca analisamos os "Resumos" dos Currículos dos autores, que contém um texto informado pelo autor, onde são especificadas de forma concisa as principais áreas de formação, atuação profissional e interesse de estudo dos mesmos. Os resultados revelaram que os autores do Estudo 1, Estudo 2 e Estudo 3 estão relacionados à área de Psicologia e/ou Educação com foco nos temas educação inclusiva, deficiência e aprendizagem e desenvolvimento, com exceção da autora Grace Cristina Ferreira Donati do Estudo 3, que apesar de não encontramos o currículo na Plataforma Lattes/CNPQ, verificamos na nota de rodapé do artigo que a autora está relacionada à área da Fonoaudiologia com foco em TEA, aprendizagem, deficiência e educação especial. Quanto ao Estudo 4, não encontramos o currículo de nenhum dos autores na Plataforma Lattes/CNPQ, por esse motivo nos valem das informações contidas nas notas de rodapé do próprio artigo que apresentaram todos os autores relacionados à área de Análise e Desenvolvimento de Sistemas.

Quadro 5 — Grupo 1 - Dado 2: Autoria dos estudos

Estudo 1	Estudo 2	Estudo 3	Estudo 4
Ana Gabriela Olivati; Lúcia Pereira Leite	Solange Cristina da Silva; Daniela Ribeiro Schneider; Erikson Kaszubowski; Adriano Henrique Nuernberg	Grace Cristina Ferreira Donati; Vera Lucia Messias Fialho Capellini	Bruna Santos Costa; Eduardo Bento Nakandakare; Eduardo Paulino

Fonte: Quadro elaborado pelo autor (2020)

No que respeita às autorias dos estudos do Grupo 2, que estão relacionadas no Quadro 6, a busca ao Currículo na Plataforma Lattes revelou que a autora do Estudo 5, além da graduação em Psicologia possui também graduação em Pedagogia, com experiência como

professora de séries iniciais e coordenação de escola de educação infantil, além do Mestrado em Educação, sendo então, uma autora dedicada especificamente à área da Educação.

O autor do Estudo 6 é graduado em Comunicação Social Habilitação em Publicidade e Propaganda com especialização em Cinema e Documentário, com Mestrado em Educação e leciona na Educação Superior nas áreas de Publicidade e Propaganda, Jogos Digitais e Design Gráfico.

Já a autora do Estudo 7, Ana Gabriela Olivati, é a mesma do Estudo 1.

Quadro 6 — Grupo 2 - Dado 2: Autoria dos estudos

Estudo 5	Estudo 6	Estudo 7
Dulcimar Lopes Carvalho	Renato Pandur Maria	Ana Gabriela Olivati

Fonte: Quadro elaborado pelo autor (2020)

3.1.3 Das revistas de publicação dos artigos

Quanto às revistas de publicação dos artigos, conforme apresentado no Quadro 9, os dados mostram que os estudos foram publicados nas revistas Psicologia em Estudo (Estudo 1), Revista Educação Especial (Estudo 2), Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação (Estudo 3) e Revista FATEC Zona Sul (Estudo 4). Recorremos então ao site dos respectivos periódicos para obtermos informações básicas sobre cada revista citada.

Sobre a Psicologia em Estudo (Estudo 1) obtivemos as seguintes informações, acerca do foco e escopo, processo de avaliação, periodicidade, política de acesso e histórico da mesma:

Objetivos e áreas de interesse: publicar textos originais sobre temáticas na área de Psicologia e nas suas interfaces com as Ciências Humanas e as Ciências da Saúde, problematizando a realidade atual, contribuindo para a prática em Psicologia e promovendo o desenvolvimento teórico.

Histórico: A revista iniciou seus trabalhos em 1996 sob forma impressa e direção da doutora Maria Lúcia Boarini. Em 2014 publicou seu último número impresso e passou a ser publicada exclusivamente na forma online. É administrada pelo Departamento de Psicologia e Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Estadual de Maringá.

Periodicidade: a revista iniciou suas atividades como semestral, passando à periodicidade quadrimestral e trimestral. A partir de 2018 adotou o sistema rolling pass ou fluxo contínuo (REVISTA PSICOLOGIA EM ESTUDO, 2020).

No que tange à Revista Educação Especial (Estudo 2), consta como informação na página da internet quanto à finalidade, organização, idioma e cobrança que:

A Revista Educação Especial tem como finalidade veicular somente artigos inéditos na área de Educação Especial, provenientes de pesquisas e práticas articuladas no campo. A Revista é organizada em sessões de Dossiê, Publicação Contínua, sendo que os primeiros textos de publicação contínua, volume único anual, atendem à demanda do fluxo contínuo e é organizado na forma de Dossiê Temático. A revista tem o Português (Brasil) como idioma principal, mas os textos podem também ser escritos em inglês, espanhol e francês.

A Revista Educação Especial não realiza cobranças para submissão de artigos, bem como para sua publicação (REVISTA EDUCAÇÃO ESPECIAL, 2020).

Acerca da Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação (Estudo 3), percebemos que a revista possui informações mais completas em sua página na internet, o que fornece ao leitor um entendimento de todo o contexto histórico/acadêmico da mesma, com informações sobre área de interesse, classificação Qualis, história do surgimento da revista, informações sobre submissão de artigos e sua seleção, organização da revista e cobrança para submissão:

A Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação (RIAEE) é um espaço editorial para artigos relacionados à grande área de Educação, em seus vários temas: Filosofia e Historiografia da Educação; Política e Gestão de Unidades Educacionais; Pesquisa e Avaliação; Inovações Tecnológicas voltadas para a Educação; Formação do Educador, Trabalho Docente e Práticas Pedagógicas; Educação Sexual, Gênero e Valores; Escola Inclusiva e Educação Especial; Educação Básica; Educação Profissional e Técnica; Educação de Jovens e Adultos; Educação Superior; e Padrões de Internacionalização. Foi classificada como Qualis A2 em Educação, na avaliação Capes do quadriênio 2013-2016. Mantivemos o Qualis A2 na avaliação de meio termo Qualis/Capes (2017/2018).

A RIAEE surgiu da relação acadêmica estabelecida entre a Universidade de Alcalá de Henares (UAH), Espanha, e a Faculdade de Ciências e Letras (FCL) da UNESP, Araraquara, São Paulo, Brasil. É o Laboratório Editorial da FCL a entidade publicadora responsável por todas as fases editoriais da revista, com suporte financeiro da Pró-reitoria de Pesquisa (PROPe) da UNESP.

Privilegiam-se trabalhos que tenham como campo principal de análise a Escola Ibero-Americana, sendo que estão aptos a enviar textos para análise pesquisadores com titulação mínima equivalente ao Doutorado. Serão aceitas propostas de pós-graduandos, desde que acompanhados de seus orientadores. Convidamos aos autores que ao submeter seus artigos dialoguem com a nossa revista para que reforce as experiências com os demais autores.

Para submissão de trabalhos os autores deverão estar inseridos na plataforma, conforme as Diretrizes para Autores, ou seja, apresentando: Resumo da Biografia, URL do Currículo Lattes, ORCID, Filiação Institucional e Titulação. Os manuscritos que não estiverem na formatação (template/modelo da RIAEE, seguindo normas ABNT e dentro dos padrões da Revista) indicada nas diretrizes para autores serão rejeitados.

A RIAEE incentiva a organização de Números Especiais sobre temas específicos em Educação, sendo que os volumes deverão conter entre 12 e 18 artigos, dos quais um terço ou mais devem ser de autores internacionais; um terço ou mais de autores que

não estejam vinculados à UNESP ou à UAH; e até um terço de autores podem ser da UNESP ou da UAH. Neste caso, o organizador poderá enviar o volume proposto diretamente para o email da revista, sendo responsável pela formatação do material dentro das normas estabelecidas. Todos os artigos terão avaliação idêntica aos números regulares, ou seja, passarão pela avaliação cega por pares. A RIAEE não cobra taxa de submissão ou de publicação para autores e oferece acesso livre ao seu conteúdo, seguindo o princípio de que disponibilizar gratuitamente o conhecimento científico ao público em geral proporciona maior democratização à informação, condição para que cidadãos aprimorem o exercício da liberdade de escolha a partir de seus interesses ou acima deles. Mas às custas da tradução é parte dos autores e é realizada pelos nossos tradutores homologados, conforme normas e diretrizes para autores (REVISTA IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS EM EDUCAÇÃO, 2020).

Com respeito à Revista FATEC Zona Sul (Estudo 4), as informações básicas na página da internet da mesma são as mais sucintas e restringem-se apenas a informar que se trata de uma "Revista desenvolvida, gerenciada e produzida pelos docentes e discentes da Fatec Zona Sul. Qualis B2 (2019)" (REFAS, 2020), sem outras informações que contemplem a área de interesse, histórico, periodicidade e/ou informações sobre cobrança de submissão de artigos.

Uma informação importante quanto aos periódicos de produção científica diz respeito à sua nota no Sistema Qualis Periódicos, que é um sistema utilizado para classificar a produção científica no que tange aos artigos publicados em periódicos científicos. A finalidade do QUALIS é avaliar a produção científica vinculada aos programas de pós-graduação, neste sentido, somente os periódicos que foram informados pelos Programas de Pós-Graduação, através da Plataforma Sucupira, serão listados e classificados. Um comitê de consultores de cada área fica responsável por realizar a classificação dos periódicos seguindo critérios previamente definidos procurando refletir sobre a importância dos diferentes periódicos para cada área determinada.

Realizamos, então, uma pesquisa no módulo Qualis da Plataforma Sucupira, para identificar, a nota de cada uma das revistas que compõem esta pesquisa. Os dados mais atuais disponíveis para consulta são relativos às classificações das revistas consolidadas do Quadriênio 2013-2016, que possui os seguintes índices de classificação de qualidade: A1, mais elevado; A2; B1; B2; B3; B4; B5 e C, com peso zero. Ressaltamos aqui que a classificação não é única para todo o periódico, mas uma classificação para cada área à qual o periódico publica artigos.

Os resultados encontrados mostram que: a revista do Estudo 1 possui Classificação A1 para a área de Psicologia; A2 para as áreas de Educação e Interdisciplinar; B1 para as áreas de Filosofia e Sociologia; B2 para as áreas de Educação Física e Enfermagem; B3 para a área de Saúde Coletiva; B4 para a área de Medicina II e B5 para as áreas de Medicina I e Farmácia. A

revista do Estudo 2 não possui classificação A1 para nenhuma área, sendo a classificação A2 a maior obtida, para as áreas de Educação e Ensino, seguida por B2 para as áreas de Psicologia e Interdisciplinar; B4 para as áreas de Educação Física, Enfermagem e Saúde Coletiva; B5 para as áreas de Linguística e Literatura, Biotecnologia e Engenharias II e por fim, classificação C para as áreas de Ciências Biológicas II, Geografia e Química. Quanto à revista do Estudo 3, a maior classificação obtida também foi A2 para a área de Educação, sendo as demais classificações como B1 para a área de Ensino; B2 para as áreas de Ciências Políticas e Relações Internacionais, Comunicação e Informação e Interdisciplinar; B3 para as áreas de Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo, Ciências Ambientais, História, Psicologia, Serviço Social e Linguística e Literatura; B4 para as áreas de Arquitetura, Urbanismo e Design, Educação Física e Enfermagem; B5 para as áreas de Ciência da Computação e Sociologia e por fim classificação C para as áreas de Ciências Biológicas II e Medicina I. No tocante à revista do Estudo 4, foi observado apenas as classificações B3 para a área de Administração Pública e de Empresas, Ciências Contábeis e Turismo e a classificação B4 para a área Interdisciplinar.

Quadro 7 — Grupo 1 - Dado 3: Revista de Publicação dos estudos

Estudo 1	Estudo 2	Estudo 3	Estudo 4
Psicologia em Estudo	Revista Educação Especial	Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação	Revista FATEC Zona Sul

Fonte: Quadro elaborado pelo autor (2020)

3.1.4 Das Instituições de Ensino a que os estudos estão vinculados

Conforme expostos no Quadro 8, os Estudos do Grupo 1 foram publicados em revistas das seguintes Editoras: editora Universidade Estadual de Maringá (Estudo 1); editora Universidade Federal de Santa Maria (Estudo 2); editora Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Estudo 3) e editora Faculdade de Tecnologia da Zona Sul (Estudo 4). Todas as editoras são brasileiras, sendo que duas delas estão na região sul do país, sendo a editora do Estudo 1, sediada em Maringá, no estado do Paraná, enquanto que a editora do Estudo 2 tem sua sede em Santa Maria, no Rio Grande do Sul. Já as editoras do Estudo 3 e do Estudo 4 encontram-se situadas na região Sudeste, ambas no estado de São Paulo especificamente nas cidades de Araraquara (Estudo 3) e São Paulo (Estudo 4).

Quadro 8 — Grupo 1 - Dado 4: Editora de Publicação dos estudos

Estudo 1	Estudo 2	Estudo 3	Estudo 4
Universidade Estadual de Maringá - Brasil	Universidade Federal de Santa Maria - Brasil	Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - Brasil	Faculdade de Tecnologia da Zona Sul - Brasil

Fonte: Quadro elaborado pelo autor (2020)

No tocante aos estudos do Grupo 2, por se tratar de dissertações, são estudos que foram apresentados a Programas de Pós-Graduação em Nível de Mestrado no Brasil, como requisito para obtenção do título de Mestre dos autores. Os Programas de Pós-Graduação e as IES às quais os estudos estão vinculados, constam no Quadro 9. Em pesquisa no sítio da internet dos respectivos programas e também na Plataforma Sucupira, encontramos algumas informações sobre o histórico dos programas, curso e sobre a avaliação da CAPES. Sobre a avaliação CAPES destacamos que apenas os cursos com nota igual ou superior a "3" são recomendados pela CAPES a serem reconhecidos pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), sendo que somente os cursos reconhecidos pelo CNE estão autorizados a expedir diplomas de mestrado e/ou doutorado com validade nacional.

Neste levantamento encontramos os seguintes dados:

Temos o Estudo 5, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade da Região de Joinville, o curso foi aprovado pelo Parecer nº 058/2010 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão da universidade, recomendado pela CAPES, na área da Educação, na 123ª reunião de 2010 do Conselho Técnico Científico, por meio do Ofício 156-20/2010. O Estudo 6, por sua vez, foi vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Oeste Paulista, o reconhecimento do curso de mestrado veio em 2003 por meio da Portaria – MEC nº 1584, tendo em vista o Parecer CNE nº 079/2003. No que concerne ao Estudo 7, este foi vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem da Universidade Estadual Paulista, e iniciou suas atividades regulares no segundo semestre letivo de 2005, não encontramos menção no site do programa a documentos oficiais de reconhecimento/criação/aprovação do curso. Os três cursos são em nível de Mestrado Acadêmico, ambos com nota 4 na avaliação CAPES.

Da mesma forma como ocorrido nos estudos do Grupo 1, temos a região sul e sudeste do Brasil como as regiões produtoras dos estudos do Grupo 2, estando o Estudo 5 vinculado à Universidade da Região de Joinville situada na cidade de Joinville no estado de Santa Catarina, enquanto que no estado de São Paulo temos o Estudo 6 e Estudo 7 vinculados,

respectivamente, à Universidade do Oeste Paulista em Presidente Prudente e à Universidade Estadual Paulista na cidade de Bauru.

Quadro 9 — Grupo 2 - Dado 3: Programa de Pós-Graduação vinculado aos estudos

Estudo 5	Estudo 6	Estudo 7
Mestrado em Educação Universidade da Região de Joinville, Brasil	Mestrado em Educação - Universidade do Oeste Paulista, Brasil	Mestrado em Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem Universidade Estadual Paulista, Brasil

Fonte: Quadro elaborado pelo autor (2020)

3.1.5 Das datas de publicação das Revistas.

Os estudos do tipo artigo (Grupo 1) foram publicados em datas que correspondem a um intervalo de tempo relativamente curto e recente. Sendo que o Estudo 1, entre os estudos que compõem esta pesquisa, é o estudo publicado há mais tempo, com data de publicação de 01/12/2017 enquanto que o Estudo 2 tem a data de publicação de 01/09/2020 sendo o estudo com data de publicação mais recente. Tanto o Estudo 3 quanto o Estudo 4 foram publicados no ano de 2018, este em 01/06/2018 e aquele em 01/09/2018.

Apesar de a temática inclusão de pessoas com TEA ser abordada no meio científico há muito tempo, percebemos que essa discussão se restringe ao contexto clínico ou, quando relacionado à educação, aborda a educação infantil e/ou educação básica. Os artigos que abordam a inclusão desse público na Educação Superior são considerados recentes.

Carvalho (2017) como parte de sua Dissertação de Mestrado, buscou identificar as pesquisas relacionadas ao processo de inclusão e escolarização das pessoas com TEA no ensino regular, fez um levantamento das produções, no período de 2010 a 2016 nos bancos de dados da BDTD, Banco de Teses e Dissertações CAPES e *Scielo Educa*. A busca encontrou uma quantidade significativa de trabalhos relacionados aos descritores "Inclusão no ensino regular", "Inclusão na Educação Superior", "Autismo", "Autismo + inclusão" e "Autismo + educação", embora a autora nos alerta que:

Percebe-se, porém, que quando o termo “autismo” foi associado ao termo “inclusão” e especificamente à “educação”, os dados diminuíram consideravelmente e quando se buscou identificar pesquisas relacionadas ao autismo na Educação Superior e o

TEA (terminologia mais recente do autismo), não foi encontrada nenhuma pesquisa. (CARVALHO, 2017, p. 33,34).

A autora ao buscar uma explicação à falta de estudos sobre pessoas com TEA na Educação Superior, usou a justificativa de que "cronologicamente as pessoas com autismo não tenham atingido idade suficiente para acessar a Educação Superior" (CARVALHO, 2017, p. 33), embora não se aprofunde nessa explicação.

O Quadro 7, a seguir, apresenta a data exata da publicação de cada estudo:

Quadro 10 — Grupo 1 - Dado 5: Data de publicação dos estudos

Estudo 1	Estudo 2	Estudo 3	Estudo 4
01/12/2017	01/09/2019	01/09/2018	01/06/2018

Fonte: Quadro elaborado pelo autor (2020)

3.1.6 Das datas de defesa das Dissertações

O Quadro 11 apresenta a data de defesa dos estudos do Grupo 2, percebe-se que os estudos foram defendidos nos anos de 2017 (Estudo 5 e Estudo 7) e no ano de 2019 (Estudo 6). Mesmo intervalo de tempo em que foram publicados os estudos do Grupo 1, o que corrobora nossa interpretação de que o tema da inclusão de pessoas com TEA na Educação Superior se constitui em um tema atual.

Quadro 11 — Grupo 2 - Dado 4: Data de defesa dos estudos

Estudo 5	Estudo 6	Estudo 7
11/12/2017	29/04/2019	10/10/2017

Fonte: Quadro elaborado pelo autor (2020)

3.1.7 Dos idiomas de publicação dos estudos

Analisamos os idiomas de publicação do texto completo dos artigos, e não apenas dos resumos, que comumente estão presentes em outros idiomas nos artigos científicos.

Destacamos que, conforme apresentado por Nassi-Calò (2016), estudos apontam que a comunicação científica por publicação de artigos, quando ocorre em um idioma compreendido pela maioria da população mundial é um fator que contribui com o aumento da probabilidade do mesmo ser citado, por essa razão, artigos publicados em inglês atraem mais citações. E, no meio científico, citações são índices de visibilidade, credibilidade e prestígio para os pesquisadores. Para a autora:

O inglês é indubitavelmente a língua franca da ciência mundial e mesmo que possa soar de certa forma injusto a autores e leitores de países cujo idioma nativo não é o inglês, é extremamente conveniente, pois permite que pesquisadores de todo o mundo se comuniquem, cooperem entre si e compartilhem o conhecimento. Um autor certamente não cita – e não deveria citar – um artigo escrito em outro idioma do qual tenha lido apenas o resumo em inglês. Assim, observa-se uma tendência mundial em estabelecer o inglês como a língua internacional da ciência. Cada vez mais autores de todos os países se esforçam para publicar em inglês e publicam periódicos inteiramente neste idioma. (NASSI-CALÒ, 2016).

Porém, em países de língua nativa não inglesa, existem artigos que se referem a estudos de interesse local, e por essa razão a publicação em idioma nativo é imprescindível ao alcance e contribuição social que se espera com o estudo, visando atingir pesquisadores, profissionais e tomadores de decisões locais que possam não estar familiarizados com o idioma inglês. Uma alternativa que proporciona atingir a comunidade científica mais ampla e também atender às necessidades locais é a publicação do texto completo do artigo de forma bilíngue ou multilíngue.

Nossa análise revelou que todos os estudos do Grupo 1 foram publicados em português do Brasil, sendo que apenas um dos estudos (Estudo 1) além do português foi também publicado em outros idiomas, conforme apresentado no Quadro 12.

Quadro 12 — Grupo 1 - Dado 6: Idioma dos estudos

Estudo 1	Estudo 2	Estudo 3	Estudo 4
Português, Inglês, Espanhol, Francês	Português	Português	Português

Fonte: Quadro elaborado pelo autor (2020)

Acerca do idioma de publicação das dissertações (estudos do Grupo 2), por se tratar de Trabalhos de Conclusão de Curso, apresentados a Programas de Pós Graduação vinculados a universidades brasileiras, todos foram escritos em língua nativa oficial do Brasil conforme consta no Quadro 13 que se segue.

Quadro 13 — Grupo 2 - Dado 5: Idioma dos estudos

Estudo 5	Estudo 6	Estudo 7
Português	Português	Português

Fonte: Quadro elaborado pelo autor (2020)

3.1.8 Das palavras-chave dos estudos

As palavras-chave são um caminho de acesso aos textos acadêmicos/científicos que tem a função de facilitar a recuperação dos estudos de forma eficiente em ferramentas de busca em bancos de dados. Os autores devem refletir bem ao selecionarem as palavras-chave de seus estudos, pois elas podem reduzir ou aumentar significativamente a possibilidade desses serem localizados em meio a tantos outros que compõem as plataformas de busca.

As palavras-chave, para Garcia, Gattaz e Gattaz (2019), devem listar conceitos, tópico principal, técnicas e metodologias utilizadas em um estudo, deve-se também evitar utilização de terminologias recém-criadas para uma técnica, abreviações incomuns, gíria além de evitar o uso de palavras já incluídas no título do estudo, sendo recomendado o uso de outras palavras similares que apareçam com frequência em estudos de mesma linha de forma a ampliar as chances de recuperação futura do estudo.

No que diz respeito às palavras-chave dos estudos que compõem esta pesquisa, os termos utilizados nos estudos do Grupo 1, conforme Quadro 14, são: "Autismo", "Educação Inclusiva" e "Universidades" (Estudo 1); "Acessibilidade", "Transtorno do Espectro Autista" e "Ensino Superior" (Estudo 2); "Transtorno do espectro autista", "Consultoria colaborativa" e "Ensino superior" (Estudo 3) e "Autismo", "Transtornos do Espectro Autista", "Acessibilidade" e "Tecnologia da Informação" (Estudo 4).

Quadro 14 — Grupo 1 - Dado 7: Palavras-chave dos estudos

Estudo 1	Estudo 2	Estudo 3	Estudo 4
Autismo; Educação Inclusiva; Universidades	Acessibilidade; Transtorno do Espectro Autista; Ensino Superior	Transtorno do espectro autista; Consultoria colaborativa; Ensino superior	Autismo; Transtornos do Espectro Autista; Acessibilidade; Tecnologia da Informação

Fonte: Quadro elaborado pelo autor (2020)

Já os termos utilizados nos estudos do Grupo 2, conforme Quadro 15, são: "Autismo", "Inclusão", "Educação Superior", "Trabalho e formação docente" e "Transtorno do Espectro Autista (TEA)" (Estudo 5); "Recursos Educacionais Abertos (REA)", "Transtorno do Espectro Autista (TEA)", "Educação superior" e "Educação inclusiva" (Estudo 6) e "Transtorno do Espectro Autista", "Desenvolvimento atípico", "Suporte social", "Barreiras atitudinais", "Inclusão educacional" e "Ensino superior" (Estudo 7).

Quadro 15 — Grupo 2 - Dado 6: Palavras-chave dos estudos

Estudo 5	Estudo 6	Estudo 7
Autismo; Inclusão; Educação Superior; Trabalho e formação docente; Transtorno do Espectro Autista (TEA)	Recursos Educacionais Abertos (REA); Transtorno do Espectro Autista (TEA); Educação superior; Educação inclusiva;	Transtorno do Espectro Autista; Desenvolvimento atípico; Suporte social; Barreiras atitudinais; Inclusão educacional; Ensino superior

Fonte: Quadro elaborado pelo autor (2020)

Analisando as palavras-chave presente nos estudos, identificamos que tanto do Grupo 1 como do Grupo 2 aparecem os termos "Transtorno do Espectro Autista", com exceção do Estudo 1 que utiliza o termo "Autismo". Todos os estudos do Grupo 2 apresentam alguma palavra-chave que faz relação à área da inclusão, sendo o termo "Inclusão" presente no Estudo 5, o termo "Educação Inclusiva" presente no Estudo 6 e o termo "Inclusão educacional" presente no Estudo 7, nesta mesma perspectiva, no Grupo 1 apenas o Estudo 1 utiliza o termo "Educação Inclusiva. Com exceção do Estudo 4 os demais estudos que compõem esta pesquisa apresentaram também alguma palavra-chave que fez referência à Educação Superior.

3.1.9 Das Problemáticas dos estudos

Para Prodanov e Freitas (2013, p. 85) a problemática de um estudo é a "colocação dos problemas que pretendemos resolver dentro de certo campo teórico e prático". Percebemos aqui que a problemática é o contexto, a conjuntura em que conste uma lacuna no conhecimento referente ao tema que está sendo pesquisado.

Foi extraída a Problemática dos estudos do Grupo 1 (Quadro 16), onde temos: "Considerar que as políticas de educação inclusiva estipulam a promoção de uma escolarização comum e atrelada à promoção de suporte social adequado para que pessoas com deficiência possam alcançar etapas mais elevadas de ensino." (Estudo 1); "Entre 2011 e 2016, o número de estudantes com TEA aumentou até 2013, com posterior redução e estabilização

até 2016. A proporção de matrículas trancadas ou canceladas foi relativamente menor em comparação a estudantes neurotípicos." (Estudo 2); "A área da Educação Especial tem natureza transversal, extrapolando, portanto, o estudante como único alvo. Suas ações devem incluir o docente como destinatário de formação específica, que deve ser continuada, flexível e se concretizar na prática diária da sala de aula." (Estudo 3) e "Pessoas que apresentam características do espectro autista, embora representem uma parcela considerável da população, ainda discriminadas em diversas situações de convivência social." (Estudo 4).

Quadro 16 — Grupo 1 - Dado 8: Problemática dos estudos

Estudo 1	Estudo 2	Estudo 3	Estudo 4
Considerar que as políticas de educação inclusiva estipulam a promoção de uma escolarização comum e atrelada à promoção de suporte social adequado para que pessoas com deficiência possam alcançar etapas mais elevadas de ensino.	Entre 2011 e 2016, o número de estudantes com TEA aumentou até 2013, com posterior redução e estabilização até 2016. A proporção de matrículas trancadas ou canceladas foi relativamente menor em comparação a estudantes neurotípicos.	A área da Educação Especial tem natureza transversal, extrapolando, portanto, o estudante como único alvo. Suas ações devem incluir o docente como destinatário de formação específica, que deve ser continuada, flexível e se concretizar na prática diária da sala de aula.	Pessoas que apresentam características do espectro autista, embora representem uma parcela considerável da população, ainda discriminadas em diversas situações de convivência social.

Fonte: Quadro elaborado pelo autor (2020)

No que diz respeito às problemáticas dos estudos do Grupo 2 (Quadro 17) temos que: "O desafio da educação inclusiva na Educação Superior, com foco no público alvo da educação especial, evidencia a importância de nos debruçarmos sobre os desafios que envolvem a inclusão das pessoas com autismo neste nível de ensino tendo em vista que o acesso destas, na Educação Superior, tem-se tornado uma realidade." (Estudo 5), "Parte-se da perspectiva de que o aprimoramento das práticas pedagógicas exerce papel fundamental nas questões que envolvem o chamado paradigma de Educação Inclusiva, no Brasil e no mundo. A partir do final do século XX a Educação Especial passou a ser articulada à Educação Inclusiva, mas, os transtornos de linguagem e interação são um desafio para a escolarização regular de pessoas com TEA. Para que estudantes, com esse perfil, possam desenvolver seu potencial nos diferentes níveis e modalidades de educação, as tecnologias digitais e a Tecnologia Assistiva podem ser valiosas na validação de estratégias com foco na aprendizagem desses estudantes e para todos, sobretudo porque na geração atual os jovens interagem e se comunicam por tecnologias digitais." (Estudo 6) e "A partir das crescentes

discussões sobre a inclusão de estudantes com necessidades educacionais especiais, dentre os quais se encontram os com TEA, fez-se relevante investigar a realidade enfrentada pelos mesmos, dentro da Universidade." (Estudo 7).

Quadro 17 — Grupo 2 - Dado 7: Problemática dos estudos

Estudo 5	Estudo 6	Estudo 7
O desafio da educação inclusiva na Educação Superior, com foco no público alvo da educação especial, evidencia a importância de nos debruçarmos sobre os desafios que envolvem a inclusão das pessoas com autismo neste nível de ensino tendo em vista que o acesso destas, na Educação Superior, tem-se tornado uma realidade.	Parte-se da perspectiva de que o aprimoramento das práticas pedagógicas exerce papel fundamental nas questões que envolvem o chamado paradigma de Educação Inclusiva, no Brasil e no mundo. A partir do final do século XX a Educação Especial passou a ser articulada à Educação Inclusiva, mas, os transtornos de linguagem e interação são um desafio para a escolarização regular de pessoas com TEA. Para que estudantes com esse perfil desenvolvam o seu potencial nos diferentes níveis e modalidades de educação, as tecnologias digitais e a Tecnologia Assistiva podem ser valiosas na validação de estratégias com foco na aprendizagem desses estudantes e para todos, sobretudo porque na geração atual os jovens interagem e se comunicam por tecnologias digitais.	A partir das crescentes discussões sobre a inclusão de estudantes com necessidades educacionais especiais, dentre os quais se encontram os com TEA, faz-se relevante investigar a realidade enfrentada pelos mesmos, dentro da Universidade.

Fonte: Quadro elaborado pelo autor (2020)

3.1.10 Dos objetivos dos estudos

Uma das etapas mais importantes no planejamento de um estudo acadêmico/científico é a determinação de seus objetivos, ou seja, o que se pretende alcançar. O objetivo deve ser claro para tornar explícito o problema que se deve resolver com a finalidade de aumentar os conhecimentos sobre determinado assunto, afinal esta é a principal finalidade da ciência. Os objetivos devem responder o "Por quê? Para quê? Para quem?" (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 157) do estudo, e podem ser do tipo:

OBJETIVO GERAL Está ligado a uma visão global e abrangente do tema. Relaciona-se com o conteúdo intrínseco, quer dos fenômenos e eventos, quer das idéias estudadas. Vincula-se diretamente à própria significação da tese proposta pelo projeto.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS Apresentam caráter mais concreto. Têm função intermediária e instrumental, permitindo, de um lado, atingir o objetivo geral e, de outro, aplicá-lo a situações particulares (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 219).

Os objetivos gerais dos artigos do Grupo 1 estão relacionados ao contexto exposto na problemática dos mesmos, são eles: "Analisar a trajetória acadêmica e a percepção do suporte

social de um estudante com TEA que frequenta pós-graduação, nível doutorado." (Estudo 1); "Mapear o perfil socioacadêmico dos estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) matriculados no ensino superior em 2016." (Estudo 2); "Descrever os procedimentos de uma consultoria colaborativa realizada por um profissional especialista, em parceria com gestores universitários, com docentes de um curso superior de Matemática, tendo por foco um estudante com Transtorno do Espectro Autista." (Estudo 3) e "Abordar a dificuldade de inclusão de pessoas com TEA na área de tecnologia da informação, tanto no ambiente acadêmico, quanto ao ambiente profissional." (Estudo 4).

Quadro 18 — Grupo 1 - Dado 9: Objetivo dos estudos

Estudo 1	Estudo 2	Estudo 3	Estudo 4
Analisar a trajetória acadêmica e a percepção do suporte social de um estudante com TEA que frequenta pós-graduação, nível doutorado.	Mapear o perfil socioacadêmico dos estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) matriculados no ensino superior em 2016.	Descrever os procedimentos de uma consultoria colaborativa realizada por um profissional especialista, em parceria com gestores universitários, com docentes de um curso superior de Matemática, tendo por foco um estudante com Transtorno do Espectro Autista.	Abordar a dificuldade de inclusão de pessoas com TEA na área de tecnologia da informação, tanto no ambiente acadêmico, quanto ao ambiente profissional.

Fonte: Quadro elaborado pelo autor (2020)

Enquanto os objetivos gerais das dissertações (Grupo 2) foram: "Abordar a trajetória de inclusão de e um estudante com autismo, da educação básica até o acesso à Educação Superior, com seus desafios e possibilidades." (Estudo 5), "Analisar o processo de estruturação de indicadores para a construção de Recursos Educacionais Abertos visando o ensino e a aprendizagem de estudantes com TEA no contexto do Ensino Superior, na perspectiva da inclusão". (Estudo 6) e "Descrever e analisar como estudantes com Transtornos do Espectro Autista (TEA) percebem sua trajetória acadêmica, no contexto universitário." (Estudo 7), conforme apresentado no Quadro 19.

Quadro 19 — Grupo 2 - Dado 8: Objetivo dos estudos

Estudo 5	Estudo 6	Estudo 7
Abordar a trajetória de inclusão de e um estudante com autismo, da educação básica até o acesso à Educação Superior, com seus desafios e possibilidades.	Analisar o processo de estruturação de indicadores para a construção de Recursos Educacionais Abertos visando o ensino e a aprendizagem de estudantes com TEA no contexto do Ensino Superior, na perspectiva da inclusão.	Descrever e analisar como estudantes com Transtornos do Espectro Autista (TEA) percebem sua trajetória acadêmica, no contexto universitário.

Fonte: Quadro elaborado pelo autor (2020)

3.1.11 Dos Procedimentos Metodológicos dos estudos

Os procedimentos metodológicos de um estudo são selecionados a partir da problemática do mesmo, a depender de fatores como objeto de pesquisa, recursos e elementos que possam aparecer no campo da investigação, e deve adequar-se ao problema, às hipóteses levantadas a que se queira confirmar ou refutar e ao tipo de informantes com os quais se vai entrar em contato. Assim sendo, em regra, uma pesquisa científica utiliza de vários métodos e técnicas necessários ou apropriados para cada caso, sendo comum a combinação de mais de um, método/técnica usados concomitantemente (MARCONI; LAKATOS, 2003).

Os estudos do Grupo 1 apresentam os Procedimentos Metodológicos (Quadro 20) para atender a seus objetivos, como sendo: "O estudo se deu com o uso de dois procedimentos: (a) entrevista pessoal a um estudante de pós graduação; (b) aplicação da Escala de Percepção do Suporte Social – EPSS, adaptada ao contexto universitário." (Estudo 1); "O estudo quantitativo se configura como uma pesquisa de levantamento de dados secundários, de natureza descritiva. Visa medir a proporção de ingresso, trancamento e cancelamento das matrículas no período de 2011 a 2016, por meio dos microdados do Censo da Educação Superior do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP)." (Estudo 2); "Relato de caso. Foram aplicados ajustes nas estratégias de avaliação, incluindo: adequação linguística das questões e aceite de respostas orais, com apoio de solução no papel ou na lousa. O processo avaliativo foi registrado através de anotações, fotografias e gravações de áudio e vídeo." (Estudo 3) e "Pesquisa bibliográfica e do levantamento de dados constantes em reportagens, sítios da internet e outros canais igualmente importantes para este projeto. buscamos, a fim de complementar o material de natureza qualitativa acima mencionado,

utilizar resultados de aspecto quantitativo, obtidos após mensuração de banco de dados oriundos de entrevistas utilizadas especificamente para esta finalidade." (Estudo 4).

Quadro 20 — Grupo 1 - Dado 10: Procedimento metodológico dos estudos

Estudo 1	Estudo 2	Estudo 3	Estudo 4
O estudo se deu com o uso de dois procedimentos: (a) entrevista pessoal a um estudante de pós-graduação; (b) aplicação da Escala de Percepção do Suporte Social – EPSS, adaptada ao contexto universitário.	O estudo quantitativo se configura como uma pesquisa de levantamento de dados secundários, de natureza descritiva. Visa medir a proporção de ingresso, trancamento e cancelamento das matrículas no período de 2011 a 2016, por meio dos microdados do Censo da Educação Superior do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).	Relato de caso. Foram aplicados ajustes nas estratégias de avaliação, incluindo: adequação linguística das questões e aceite de respostas orais, com apoio de solução no papel ou na lousa. O processo avaliativo foi registrado por meio de anotações, fotografias e gravações de áudio e vídeo.	Pesquisa bibliográfica e do levantamento de dados constantes em reportagens, sítios da internet e outros canais igualmente importantes para este projeto. Buscamos, a fim de complementar o material de natureza qualitativa acima mencionado, utilizar resultados de aspecto quantitativo, obtidos após mensuração de banco de dados oriundos de entrevistas utilizadas especificamente para esta finalidade.

Fonte: Quadro elaborado pelo autor (2020)

Quanto aos procedimentos metodológicos do Grupo 2 (Quadro 21), as escolhas dos autores foram: "A pesquisa baseia-se no estudo de um caso, realizando uma abordagem qualitativa, tendo como base teórica a teoria histórico-cultural. Participaram da pesquisa: a família do estudante, representada pela mãe, cinco professoras do estudante da Educação Superior, dois colegas de turma e o próprio estudante, a fim de verificar a sua visão pessoal sobre o seu processo de inclusão. Como instrumento de coleta de dados, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com os participantes da pesquisa." (Estudo 5), "Para alcançar os objetivos foram realizadas duas etapas: 1. análise documental em bases de dados e repositórios educacionais digitais, buscando a existência de REA para o ensino e a aprendizagem na área de jogos digitais/tecnologia; 2. grupo de discussão composto por docentes, pesquisadores e profissionais envolvidos na área de jogos digitais/tecnologia, com vistas à reflexão e a proposição de indicadores para a construção de REA que possam auxiliar o ensino e a aprendizagem frente a estudantes com TEA, em uma perspectiva de inclusão. A análise de dados foi realizada mediante triangulação metodológica, em que se buscou decodificar os dados qualitativos, possibilitando a organização sistemática dos indicadores propostos no grupo de discussão." (Estudo 6) e "Participaram da investigação seis estudantes de uma universidade pública do Estado de São Paulo, que se autodeclararam com Transtornos do Espectro Autista no ato da matrícula no sistema eletrônico de graduação da instituição.

Para a coleta de dados, foi utilizada a Escala de Percepção do Suporte Social – EPSS, a Escala de Avaliação de Traços Autísticos - ATA e um roteiro norteador de entrevista. Os dados obtidos por meio da correção da “Escala de percepção do suporte social” e da “Escala de Traços Autísticos” foram analisados quantitativamente." (Estudo 7).

Sobre os procedimentos metodológicos dos artigos e das dissertações observamos a presença de ferramentas de coleta de dados de cunho qualitativo como entrevistas/questionários nos Estudos 1 e 3 do Grupo 1 e em todos os estudos do Grupo 2. Apenas os Estudos 2 e 4 (Grupo 1) valeram-se de técnicas quantitativas. Vários fatores podem estar associados a essa escolha como a facilidade dos autores em utilizar determinada técnica, a percepção dos autores acerca de qual técnica apresenta maior relevância acadêmica/científica e a própria natureza dos programas e/ou da formação dos autores, que por serem a maioria da área das Ciências Sociais tendem a valer-se de pesquisas qualitativas em detrimento de pesquisas quantitativas.

Quadro 21 — Grupo 2 - Dado 9: Procedimento metodológico dos estudos

Estudo 5	Estudo 6	Estudo 7
A pesquisa baseia-se no estudo de um caso, realizando uma abordagem qualitativa, tendo como base teórica a teoria histórico-cultural. Participaram da pesquisa: a família do estudante, representada pela mãe, cinco professoras do estudante da Educação Superior, dois colegas de turma e o próprio estudante, a fim de verificar a sua visão pessoal sobre o seu processo de inclusão. Como instrumento de coleta de dados, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com os participantes da pesquisa.	Para alcançar os objetivos foram realizadas duas etapas: 1. análise documental em bases de dados e repositórios educacionais digitais, buscando a existência de REA para o ensino e a aprendizagem na área de jogos digitais/tecnologia; 2. grupo de discussão composto por docentes, pesquisadores e profissionais envolvidos na área de jogos digitais/tecnologia, com vistas à reflexão e a proposição de indicadores para a construção de REA que possam auxiliar o ensino e a aprendizagem frente a estudantes com TEA, em uma perspectiva de inclusão. A análise de dados foi realizada mediante triangulação metodológica, em que buscou-se decodificar os dados qualitativos, possibilitando a organização sistemática dos indicadores propostos no grupo de discussão.	Participaram da investigação seis estudantes de uma universidade pública do Estado de São Paulo, que se autodeclararam com Transtornos do Espectro Autista no ato da rematrícula no sistema eletrônico de graduação da instituição. Para a coleta de dados, foi utilizada a Escala de Percepção do Suporte Social – EPSS, a Escala de Avaliação de Traços Autísticos - ATA e um roteiro norteador de entrevista. Os dados obtidos por meio da correção da “Escala de percepção do suporte social” e da “Escala de Traços Autísticos” foram analisados quantitativamente.

Fonte: Quadro elaborado pelo autor (2020)

3.1.12 Dos Resultados dos estudos

No que se refere aos resultados dos estudos do tipo artigo (Grupo 1) temos que no Estudo 1, "A média dos escores obtidos com a EPSS foi de 1,78 (graduação) e 3,47 (pós-graduação) para o suporte prático e 1,50 (graduação) e 3,20 (pós-graduação) para o suporte emocional, demonstrando a percepção de maior apoio na pós-graduação. Os eixos temáticos obtidos com a entrevista foram ingresso na graduação e pós-graduação; núcleos de apoio; permanência; fatores socioemocionais; facilidades e dificuldades enfrentadas; aspectos positivos e negativos". Ressalta-se no texto que por se tratar de um estudo de caso, os resultados encontrados não podem ser generalizados.

Quanto ao Estudo 2, "Os estudantes com TEA que acessam o ensino superior têm idade de ingresso similar à dos neurotípicos (a moda de idade de ingresso em 2016 de ambos era de 18 anos). Esses estudantes, na sua maioria, entram por meio de vestibular (58%, n=359, sem imputação; 55%, n=817, com imputação), em Instituições de Ensino Superior (IES) privadas (59%, n=362, sem imputação; 75%, n=1.033, com imputação), em cursos presenciais (89%, n=546, sem imputação; 84%, n=1.149, com imputação), majoritariamente na área de Ciências Sociais, Negócios e Direito (25%, n=155, sem imputação; 32%, n=431, com imputação). Entre 2011 e 2016, o número de estudantes com TEA aumentou até 2013, com posterior redução e estabilização até 2016. A proporção de matrículas trancadas ou canceladas foi relativamente menor em comparação a estudantes neurotípicos." Embora os dados encontrados demonstrem um aumento do número de estudantes com TEA na Educação Superior nos últimos anos e uma diminuição na proporção de matrículas trancadas ou canceladas, deve-se refletir sobre o aprimoramento e sobre o cumprimento das normas legais bem como o acolhimento e atenção a este público para promover oportunidades de acesso e condições de aprendizagem igualitárias, respeitando suas especificidades educacionais na Educação Superior.

Sobre o Estudo 3 e Estudo 4 foi revelado, respectivamente, que "Ao final, as docentes relataram que foi determinante o uso das estratégias para avaliar a aprendizagem do estudante, considerando o insucesso em oportunidades anteriores." e que "A entrada e a permanência da pessoa portadora de autismo no mercado de trabalho é sempre uma tarefa árdua. O aprendizado é uma barreira na vida de uma pessoa com TEA, por apresentarem, às vezes, menor capacidade intelectual e interativa. A pesquisa reforça que o sistema é tendente à insensibilidade a esse tipo de deficiência."

Quadro 22 — Grupo 1 - Dado 11: Resultado dos estudos

Estudo 1	Estudo 2	Estudo 3	Estudo 4
A média dos escores obtidos com a EPSS foi de 1,78 (graduação) e 3,47 (pós-graduação) para o suporte prático e 1,50 (graduação) e 3,20 (pós-graduação) para o suporte emocional, demonstrando a percepção de maior apoio na pós-graduação. Os eixos temáticos obtidos com a entrevista foram ingresso na graduação e pós-graduação; núcleos de apoio; permanência; fatores socioemocionais; facilidades e dificuldades enfrentadas; aspectos positivos e negativos.	Os estudantes com TEA que acessam o ensino superior têm idade de ingresso similar à dos neurotípicos (a moda de idade de ingresso em 2016 de ambos era de 18 anos). Esses estudantes, na sua maioria, entram por meio de vestibular (58%, n=359, sem imputação; 55%, n=817, com imputação), em Instituições de Ensino Superior (IES) privadas (59%, n=362, sem imputação; 75%, n=1.033, com imputação), em cursos presenciais (89%, n=546, sem imputação; 84%, n=1.149, com imputação), majoritariamente na área de Ciências Sociais, Negócios e Direito (25%, n=155, sem imputação; 32%, n=431, com imputação). Entre 2011 e 2016, o número de estudantes com TEA aumentou até 2013, com posterior redução e estabilização até 2016. A proporção de matrículas truncadas ou canceladas foi relativamente menor em comparação a estudantes neurotípicos.	Ao final, as docentes relataram que foi determinante o uso das estratégias para avaliar a aprendizagem do estudante, considerando o insucesso em oportunidades anteriores.	A entrada e a permanência da pessoa portadora de autismo no mercado de trabalho é sempre uma tarefa árdua. O aprendizado é uma barreira na vida de uma pessoa com TEA, por apresentarem, às vezes, menor capacidade intelectual e interativa. A pesquisa reforça que o sistema tendente à insensibilidade a esse tipo de deficiência.

Fonte: Quadro elaborado pelo autor (2020)

No que respeita aos estudos do tipo dissertação (Grupo 2) os resultados, conforme Quadro 23, apresentam que: "as interações que ocorrem no ambiente educacional e a intervenção precoce são os fatores que mais contribuem para a inclusão educacional das pessoas com autismo; porém, existem muitos desafios que precisam ser vencidos, como o preconceito, as barreiras impostas pelo diagnóstico, as lacunas na formação dos professores, entre outros." (Estudo 5); "Os indicadores gerados foram: Não diferenciar, Identificação de Habilidades e Competências e Recurso Autoconfigurável." (Estudo 6) e que "A média dos escores obtidos com a EPSS foi de 2,1 para o suporte prático e 1,9 para o suporte emocional. Os núcleos de significação encontrados por meio da análise das entrevistas foram: 1) Trajetória escolar básica de estudantes com TEA: experiências educacionais e dificuldades enfrentadas; 2) Trajetória Universitária de estudantes com TEA: vivências e fatores influenciadores; e 3) Significado e sentido da trajetória universitária de estudantes com TEA. Foi possível averiguar a falta de percepção do suporte social, durante a graduação. Os participantes do estudo relataram principalmente aspectos referentes ao bullying, despreparo de profissionais e complicadores relacionados à condição do TEA. Além disso, foram

ressaltadas dificuldades com métodos de ensino e avaliação propostos durante a graduação." (Estudo 7).

Os resultados dos estudos do Grupo 2, bem como dos estudos 3 e 4, do Grupo 1, nos leva a refletir sobre o papel de todos os envolvidos no processo de inclusão. Não devemos pensar que o acadêmico vai por si só promover sua inclusão na Educação Superior, as instituições, os docentes e os alunos devem contribuir para que esse cenário se concretize, através do acolhimento, adaptação e quebra do preconceito.

Quadro 23 — Grupo 2 - Dado 10: Resultados dos estudos

Estudo 5	Estudo 6	Estudo 7
Os resultados apontam que as interações que ocorrem no ambiente educacional e a intervenção precoce são os fatores que mais contribuem para a inclusão educacional das pessoas com autismo; porém, existem muitos desafios que precisam ser vencidos, como o preconceito, as barreiras impostas pelo diagnóstico, as lacunas na formação dos professores, entre outros.	Os indicadores gerados foram: Não diferenciar, Identificação de Habilidades e Competências e Recurso Autoconfigurável.	A média dos escores obtidos com a EPSS foi de 2,1 para o suporte prático e 1,9 para o suporte emocional. Os núcleos de significação encontrados por meio da análise das entrevistas foram: 1) Trajetória escolar básica de estudantes com TEA: experiências educacionais e dificuldades enfrentadas; 2) Trajetória Universitária de estudantes com TEA: vivências e fatores influenciadores; e 3) Significado e sentido da trajetória universitária de estudantes com TEA. Foi possível averiguar a falta de percepção do suporte social, durante a graduação. Os participantes do estudo relataram principalmente aspectos referentes ao bullying, despreparo de profissionais e complicadores relacionados à condição do TEA. Além disso, foram ressaltadas dificuldades com métodos de ensino e avaliação propostos durante a graduação.

Fonte: Quadro elaborado pelo autor (2020)

3.1.13 Das Abordagens/Concepções Teóricas dos estudos

Os dados obtidos em estudos, para Marconi e Lakatos (2003), são interpretados pelos autores, correlacionando os estudos com um universo teórico.

Daí decorre a importância de:

(...) um modelo teórico que serve de embasamento à interpretação do significado dos dados e fatos colhidos ou levantados. Todo projeto de pesquisa deve conter as premissas ou pressupostos teóricos sobre os quais o pesquisador (o coordenador e os principais elementos de sua equipe) fundamentará sua interpretação. (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 224).

Dos estudos que aqui foram analisados apenas o Estudo 1, do Grupo 1, especificou em qual Abordagem/Concepção Teórica está ancorado (Quadro 24), este, da mesma forma que o Estudos 5, do Grupo 2, (Quadro 25) apresenta de forma explícita que utilizam da abordagem Histórico-cultural como base interpretativa dos seus resultados.

Os demais estudos do Grupo 1 não especificaram à luz de qual abordagem/concepção teórica analisaram seus resultados.

Quadro 24 — Grupo 1 - Dado 12: Abordagem/concepção teórica dos estudos

Estudo 1	Estudo 2	Estudo 3	Estudo 4
Histórico-cultural	Não informado	Não informado	Não informado

Fonte: Quadro elaborado pelo autor (2020)

Enquanto que o Estudo 6, do Grupo 2, cita que "Para dar corpus ao desenho teórico, adotou-se a perspectiva de inclusão baseada em autores como Mantoan, Sassaki, Stainback e Stainback, Schlunzen e Santos.", e o Estudo 7 apresenta que "Os dados extraídos com a aplicação do roteiro de entrevista foram analisados qualitativamente, de acordo com o procedimento de núcleo de significação, descrito por Aguiar e Ozella (2006)."

A escolha dos autores dos Estudos 1 e 5 por interpretar os dados à luz da teoria histórico-cultural, justifica-se pela natureza do método de coleta de dados ser embasado em entrevistas, já que essa abordagem metodológica, que surgiu no início do século XIX, como fruto de um constructo coletivo liderado pelo estudioso bielorusso Lev Semionovitch Vigotski (1896-1923), leva em consideração a reflexão acerca do contexto social em que os indivíduos estão inseridos, suas interações sociais e interações com o meio em que vivem. Apresenta-se, pois, como uma teoria relevante em estudos das ciências sociais, por considerar a significação do que é exposto pelos entrevistados através da interpretação de signos e significados.

Quadro 25 — Grupo 2 - Dado 11: Abordagem/concepção teórica dos estudos

Estudo 5	Estudo 6	Estudo 7
A pesquisa tem como ancoragem teórica a abordagem históricocultural	Para dar corpus ao desenho teórico, adotou-se a perspectiva de inclusão baseada em autores como Mantoan, Sassaki, Stainback e Stainback, Schlunzen e Santos.	Os dados extraídos com a aplicação do roteiro de entrevista foram analisados qualitativamente, de acordo com o procedimento de núcleo de significação, descrito por Aguiar e Ozella (2006).

Fonte: Quadro elaborado pelo autor (2020)

3.1.14 Das Conclusões dos estudos

Como conclusão os artigos (Grupo 1) apontam, conforme Quadro 26, que: "Foi possível averiguar a falta de percepção do suporte social durante a graduação e dificuldades com métodos de ensino e avaliação. Na pós-graduação, maior percepção do suporte social e facilidade com habilidades acadêmicas. Porém, para alcançar esse nível de ensino, os estudantes, primeiramente, devem cursar a graduação, que é uma instância tida como problemática nessa pesquisa, por pouco atender às diferenças." (Estudo 1); "Ao se apresentar o perfil sócio acadêmico dos estudantes com TEA na Educação Superior, busca-se refletir sobre as barreiras e os facilitadores de acesso e permanência desses estudantes na graduação, contribuindo para o aprimoramento de ações e políticas públicas e para a bem sucedida participação desse grupo no contexto educacional acadêmico." (Estudo 2); "A abrangência [da Educação Especial], de natureza transversal, extrapola, portanto, o estudante como alvo e inclui o docente como destinatário de formação específica, que deve ser continuada, flexível e se concretizar na prática diária da sala de aula." (Estudo 3) e "São grandes as dificuldades enfrentadas por pessoas com autismo na sociedade, em particular, dentro do propósito aqui estudado, na área de Tecnologia da Informação." (Estudo 4).

Quadro 26 — Grupo 1 - Dado 13: Conclusão dos estudos

Estudo 1	Estudo 2	Estudo 3	Estudo 4
Foi possível averiguar a falta de percepção do suporte social durante a graduação e dificuldades com métodos de ensino e avaliação. Na pós-graduação, maior percepção do suporte social e facilidade com habilidades acadêmicas. Porém, para alcançar esse nível de ensino, os estudantes, primeiramente, devem cursar a graduação, que é uma instância tida como problemática nessa pesquisa, por pouco atender às diferenças.	Ao apresentar o perfil sócio acadêmico dos estudantes com TEA no ensino superior, busca-se refletir sobre as barreiras e os facilitadores de acesso e permanência desses estudantes na graduação, contribuindo para o aprimoramento de ações e políticas públicas e para a bem-sucedida participação desse grupo no contexto educacional acadêmico.	A abrangência [da Educação Especial], de natureza transversal, extrapola, portanto, o estudante como alvo e inclui o docente como destinatário de formação específica, que deve ser continuada, flexível e se concretizar na prática diária da sala de aula.	São grandes as dificuldades enfrentadas por pessoas com autismo na sociedade, em particular, dentro do propósito aqui estudado, na área de Tecnologia da Informação.

Fonte: Quadro elaborado pelo autor (2020)

Já as dissertações (Grupo 2) apresentam a interpretação dos dados obtidos da seguinte forma (Quadro 27): " Para que a inclusão se torne mais efetiva, é preciso uma profunda reestruturação nas escolas, principalmente no modo como o autismo é percebido e entendido por todos que lidam com esses educandos." (Estudo 5); "Espera-se que a dissertação contribua para a construção de REA, no contexto da Educação Superior, que possam auxiliar o estudante com TEA e os demais estudantes nos processos de ensino e aprendizagem nas diferentes áreas de formação. (Estudo 6) e "Embora tenham sido observadas soluções pontuais diante das demandas dos participantes, foi possível averiguar que a universidade pública - foco do estudo - ainda tem muito a fazer, para que as prescrições normativas contidas na Lei Brasileira de Inclusão, recentemente promulgada, possam ser efetivadas em solo acadêmico." (Estudo 7).

Quadro 27 — Grupo 2 - Dado 12: Conclusão dos estudos

Estudo 5	Estudo 6	Estudo 7
Para que a inclusão se torne mais efetiva, é preciso uma profunda reestruturação nas escolas, principalmente no modo como o autismo é percebido e entendido por todos que lidam com esses educandos.	Espera-se que a dissertação contribua para a construção de REA, no contexto da Educação Superior, que possam auxiliar o estudante com TEA e todos os demais estudantes nos processos de ensino e aprendizagem nas diferentes áreas de formação.	Embora tenham sido observadas soluções pontuais diante das demandas dos participantes, foi possível averiguar que a universidade pública - foco do estudo - ainda tem muito a fazer, para que as prescrições normativas contidas na Lei Brasileira de Inclusão, recentemente promulgada, possam ser efetivadas em solo acadêmico.

Fonte: Quadro elaborado pelo autor (2020)

3.1.15 Das considerações éticas dos estudos

Nas pesquisas, em geral as questões éticas são um fator muito importante, sobretudo nas pesquisas médicas e de enfermagem por envolverem riscos aos participantes das pesquisas. Diante disso, o Conselho Nacional de Saúde (CNS) normatiza sobre questões éticas nos estudos em território Brasileiro, visando minimizar possíveis danos que as pesquisas possam vir a causar em seus participantes.

Os dois documentos basilares quanto a normatização das pesquisas são a Resolução nº 466 de 12 de abril de 2012, que é o documento do CNS que dispõe sobre as Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisas envolvendo Seres Humanos e a Resolução nº 510 de

07 de abril de 2016 do CNS que dispõe sobre normas aplicáveis às pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Destacamos que esta resolução considera que "a ética em pesquisa implica o respeito pela dignidade humana e a proteção devida aos participantes das pesquisas científicas envolvendo seres humanos" e dispõe que as pesquisas, cujos procedimentos envolvam a utilização de dados diretamente obtidos com os participantes, devem seguir alguns cuidados e procedimentos que constam no documento, dentre os quais destacamos a obtenção do Consentimento e/ou Assentimento Livre e Esclarecido, que envolve o estabelecimento de relação de confiança entre pesquisador e participante, a definição e a gradação do risco, que resultam da apreciação dos procedimentos metodológicos aos participantes, além da aprovação por Comitê de Ética das Instituições responsáveis, que analisam além destes documentos, outros que podem ser solicitados.

Relativamente às considerações éticas dos estudos que compõem esta pesquisa, apenas dois estudos do Grupo 1 (Estudo 1 e Estudo 2) explicitaram que foram aprovados por Comitê de Ética/Cadastrado na Plataforma Brasil e os participantes assinaram Termo de Consentimento Livre, os outros estudos (Estudo 3 e Estudo 4) não forneceram estas informações.

Quadro 28 — Grupo 1 - Dado 14: Considerações éticas dos estudos

Estudo 1	Estudo 2	Estudo 3	Estudo 4
As ações de pesquisa delineadas nesse estudo foram cadastradas e aprovadas pela Plataforma Brasil (CAAE 48308815.0.0000.5398). O participante assinou o Termo de Consentimento Livre, elaborado de acordo com a resolução do Conselho Nacional de Saúde CNS 466/12.	Este estudo, como parte do projeto de pesquisa “Acessibilidade para Estudante com Transtorno do Espectro Autista no Ensino Superior”, foi aprovado e registrado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP/CONEP), sediado em uma universidade pública situada no estado de Santa Catarina.	Não informado	Não informado

Fonte: Quadro elaborado pelo autor (2020)

No que tange aos estudos do Grupo 2 (Quadro 29), todos os estudos citaram aprovação pelos respectivos Comitês de Ética, atendendo às resoluções do CNS bem como a ciência dos participantes com relação ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Essas considerações éticas são de fundamental importância à pesquisa acadêmica/científica por demonstrarem que a inserção do pesquisador no campo foi planejada conforme os princípios éticos estabelecidos.

Quadro 29 — Grupo 2 - Dado 13: Considerações éticas dos estudos

Estudo 5	Estudo 6	Estudo 7
A coleta de dados foi iniciada após a emissão do parecer de aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Pesquisada, atendendo a Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde. Quando da entrevista, os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE.	O projeto de pesquisa foi avaliado e aprovado pelo Comitê Assessor de Pesquisa Institucional (CAPI) e Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Unoeste e aprovado na Plataforma Brasil. Os participantes da pesquisa foram convidados mediante comunicação formal. Após a concordância assinaram um termo de consentimento livre e esclarecido, nos padrões éticos de acordo com a Resolução nº 466/2012 do CNS.	As ações de pesquisa delineadas neste projeto foram cadastradas e aprovadas na Plataforma Brasil. Os participantes selecionados foram convidados a participar da pesquisa, e os que aceitaram participar assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice A), elaborado de acordo com a Resolução CNS 466/12 do Conselho Nacional de Saúde.

Fonte: Quadro elaborado pelo autor (2020)

3.1.16 Dos financiamentos dos estudos

Um fator que deve ser analisado por promover o progresso do conhecimento científico diz respeito ao financiamento das pesquisas.

Dos estudos que integram esta pesquisa analisamos, conforme exposto nos Quadros 30 e 31, que para a realização do Estudo 1 e 7, foi concedido financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), enquanto que para a realização do Estudo 5 foi concedido financiamento por 6 meses pela Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, por meio do Programa Suporte à Pós-Graduação IES Comunitárias, os demais estudos (Estudo 2, Estudo 3, Estudo 4 e Estudo 6) não informaram este dado.

Quadro 30 — Grupo 1 - Dado 15: Financiamento dos estudos

Estudo 1	Estudo 2	Estudo 3	Estudo 4
Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp).	Não informado	Não informado	Não informado

Fonte: Quadro elaborado pelo autor (2020)

Quadro 31 — Grupo 2 - Dado 14: Financiamento dos estudos

Estudo 5	Estudo 6	Estudo 7
FUND COORD DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUP - Programa Suporte à Pós-Graduação IES Comunitárias (6 meses)	Não informado	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Número do financiamento: 2015/17411-9

Fonte: Quadro elaborado pelo autor (2020)

Partindo dos dados analisados neste capítulo, apresentaremos a seguir considerações como forma de dialogar com os estudos pesquisados. Ressaltamos que não se trata de uma conclusão, pois não é o objetivo desta pesquisa obter uma conclusão específica, nem tampouco nos referiremos ao próximo capítulo como "Considerações Finais" pois, acreditamos não ser possível esgotar completamente o diálogo acerca de todos os aspectos que abordam o assunto e/ou os estudos abarcados nesta pesquisa.

CONSIDERAÇÕES

O término de todo trabalho é gratificante, este em especial por se tratar de uma pesquisa que aborda inclusão com foco no TEA, um tema do qual me aproximei nos últimos anos. Contudo, pesquisar sobre educação inclusiva de pessoas com TEA na Educação Superior é uma tarefa árdua e desafiadora, que demanda muita leitura, sensibilidade e mudança de paradigmas e de olhares para com a educação e o ser humano. Nossa sociedade tão desenvolvida em diversos aspectos, ainda se mostra pouco evoluída no combate ao preconceito em sentido amplo, sobretudo para com as pessoas com deficiência. Quebrar estigmas e paradigmas sobre este tema é, como no dito popular, um trabalho de formiguinha, mas que a cada conquista por menor que seja deve ser comemorada com muito orgulho.

Nosso papel como pesquisadores, educadores e seres humanos é construir uma sociedade mais diversa e plural, com discussões e orientações para a reconstrução de conceitos e desconstrução de preconceitos. Assim, talvez possamos ter uma geração futura mais humana que consiga lidar melhor com as diferenças.

Uma das formas de mudar a percepção da sociedade acerca de um determinado fato é por meio da divulgação de estudos científicos. Em nosso levantamento prévio acerca do tema abordado nesta pesquisa, percebemos uma lacuna nos estudos, com escassez de materiais científico-acadêmicos sobre a Educação Superior de pessoas com TEA. O propósito deste trabalho foi fazer um levantamento dos estudos que abordem essa temática, valendo-se de uma Revisão Sistemática, que possa contribuir com pesquisadores que pretendam desenvolver pesquisas com maior profundidade sobre o assunto.

Os dados levantados, demonstraram que os estudos sobre inclusão de pessoas com TEA na Educação Superior no Brasil, são poucos e datam a partir do ano de 2017 o que ratifica o fator inédito do tema em um contexto acadêmico e científico. Embora o caráter atual dos estudos seja perceptível, observamos que alguns estudos ainda não se adequam completamente à nomenclatura usual da ciência. Encontramos em nossa pesquisa, estudos que utilizaram o diagnóstico autismo, para designar o transtorno e não a expressão Transtorno do Espectro Autista como utilizado e recomendado por documentos de classificação internacional. Outro fator que também chama a atenção e que demonstra que os autores precisam se sensibilizar para escrever estudos que não corroborem o preconceito para com esse público, é a utilização do termo autista como adjetivo para se referir a estas pessoas. Consideramos este termo reducionista, por colocar no indivíduo o rótulo e/ou estigma do diagnóstico sem considerar a natureza humana da pessoa, por esse motivo, entendemos que o

termo apropriado seria pessoa com TEA, por apresentar a pessoa antes do diagnóstico e mostrar o diagnóstico como uma das muitas características/condições que constitui o ser humano e não como uma característica/condição única, que define o indivíduo.

Percebemos ainda que os estudos acerca do tema precisam ser estendidos a todas as regiões do país, tendo em vista que os sete estudos encontrados foram publicados (no caso dos artigos) e defendidos (no caso das dissertações) de forma restrita às regiões sul e sudeste do Brasil. Embora encontremos um artigo publicado em outros idiomas, além do português, e apesar de acreditarmos que deve-se incentivar essa prática para que os textos possam alcançar maior visibilidade e impactar a ciência contribuindo com novas discussões em âmbito internacional, consideramos tão relevante quanto, ampliar essa discussão dentro do território nacional. Para que pesquisadores de outras regiões sintam-se motivados a dialogar sobre esta temática é necessário fomentar eventos científicos como simpósios, congressos, seminários e palestras nas diversas áreas do conhecimento.

O caráter multidisciplinar que permeia a inclusão de pessoas com deficiência é outro motivo para se estimular, construindo assim estudos de maior complexidade e qualidade com a participação de profissionais de áreas distintas, com habilidades distintas, desenvolvendo projetos que possam impactar a sociedade para além dos muros das universidades e órgãos de pesquisa.

O acesso e permanência das pessoas com TEA à Educação Superior, foi abordado em todos os estudos. Entendemos que a transponibilidade da barreira do acesso dessas pessoas à Educação Superior está caminhando, mesmo que de forma lenta, principalmente por força de instrumentos legais que demonstram cada vez mais que a educação constitui direito das pessoas com deficiência. Porém, esta é apenas uma barreira que as pessoas com deficiência encontram em seu percurso acadêmico. Outras barreiras ainda mais difíceis de se superar surgem quando a pessoa com deficiência inicia os estudos na Educação Superior, uma delas é o preconceito e a não compreensão dos demais indivíduos envolvidos no processo formativo acerca das limitações e diferenças que as pessoas com deficiência apresentam. No caso das pessoas com TEA essas limitações e diferenças podem variar muito em gênero e grau, mas de forma geral algumas características do transtorno tendem a ser comum, como a dificuldade de interação social e comunicação, porém, estas dificuldades podem ser superadas se a pessoa com TEA contar com o auxílio de todos que estão ao seu redor.

É necessário que todos envolvidos com o processo formativo da pessoa com TEA (Governo, gestores, docentes, colegas, demais colaboradores do espaço acadêmico e familiares), tenham a percepção que a inclusão é um processo que depende das ações de cada

um, não sendo possível para a pessoa com deficiência sozinha se tornar inclusa no contexto acadêmico sem a cooperação dos outros.

Os estudos aqui analisados atingiram os objetivos a que se propõe a pesquisa, ou seja, seus resultados vão contribuir com o constructo do saber acadêmico/científico, porém, ainda há muito que se caminhar para que novas pesquisas sejam desenvolvidas valendo-se de diversidade de métodos científicos e abordagens teóricas para construir uma base sólida de conhecimentos que sirvam de norte à promoção de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento do ambiente acadêmico inclusivo.

Vale destacar ainda que é necessário a cooperação de organizações de diversos segmentos no processo de promoção de pesquisas sobre esta temática. Percebemos que três dos sete estudos analisados contaram com financiamento à pesquisa por meio de Organizações Governamentais. Essas articulações entre empresas públicas e instituições de pesquisa, fomentam o desenvolvimento do conhecimento e devem ser estimulada agregando a esse processo a cooperação de empresas privadas. Assim, a partir de financiamentos públicos às instituições de pesquisa criam conhecimento, que nas empresas privadas podem se tornar em bens e/ou serviços que serão disponibilizados à sociedade, que se beneficia do processo de construção do conhecimento e o percebe aplicado no cotidiano.

A falta de financiamento das pesquisas na área de inclusão é um fator limitante na promoção de estudos acadêmicos, mas não é o único.

Em nossa análise nos deparamos com estudos relatando a fragilidade dos dados divulgados pelos órgãos que deveriam fazer um levantamento preciso acerca da prevalência das pessoas, público alvo da educação inclusiva, ao contrário disso, foi revelado disparidades entre os dados, o que dificulta o desenvolvimento de estudos confiáveis e a promoção de políticas públicas e ações de atenção e suporte a essas pessoas por parte do poder público.

Nossa reflexão final é no sentido de alertar para a necessidade de se discutir sobre o aumento do acesso das pessoas com TEA à Educação Superior e buscar refletir como de fato ocorre a formação das mesmas, é necessário levar o assunto a todos os níveis de discussão na sociedade e o papel da educação e da ciência deve ser o de pesquisar e divulgar o conhecimento com vista ao desenvolvimento de uma sociedade justa e igualitária para todos.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, Edvonete Souza de; ALMOULOU, Saddo Ag. A metodologia de pesquisa: metassíntese qualitativa. **Revista Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v. 25, n. 3, p. 204-220, 2017. Disponível em: <http://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/index>. Acesso em: 7 out. 2020.
- AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais - DSM 5**. Tradução Maria Inês Corrêa Nascimento; et al. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014. 948 p. Tradução de: Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders, Fifth Edition.
- AROMATARIS, E.; MUNN, Z.. **JBIManual for Evidence Synthesis**. JBI, 2020. Disponível em: <https://synthesismanual.jbi.global>. Acesso em: 18 ago. 2020.
- ASSUMPÇÃO JR., Francisco. Diagnóstico diferencial dos transtornos abrangentes de desenvolvimento. In: CAMARGOS JR., Walter. **Transtornos Invasivos do Desenvolvimento: 3º Milênio**. Brasília: CORDE, 2005.
- BALARDIM, Graziela. **História da educação**: um olhar sobre a evolução do ensino ao longo do tempo. **ClipEscola**. 2020. Disponível em: https://www.clipescola.com/historia-da-educacao/#Revolucao_Industrial. Acesso em: 31 out. 2020.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Edições 70, 1977. 225 p. Tradução de: L'Analyse de Contenu.
- BASTOS, Ana Maria Berehff P.. A psicopedagogia aplicada aos portadores de T.I.D. In: CAMARGOS JR., Walter (Coord.). **Transtornos Invasivos do Desenvolvimento: 3º Milênio**. Brasília: CORDE, 2005. 260 p. cap. 20, p. 127-138.
- BRAGA, Sheila Mayzanyela da R.. **Educação Especial: As Dificuldades Encontradas no Ambiente Escolar para a Inclusão. Só Pedagogia**. 2012. Disponível em: <http://www.pedagogia.com.br/artigos/asdificuldadesdainclusao/?pagina=0>. Acesso em: 14 jan. 2021.
- BRASIL. . **Resumo técnico do Censo da Educação Superior 2018**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira: INEP, 2020. 99 p. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/resumos-tecnicos1>. Acesso em: 5 out. 2020.
- BRASIL. **Censo da Educação Básica 2019**: Resumo Técnico. Brasília, 2020.
- BRASIL. Constituição. República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm. Acesso em: 24 jul. 2018.
- BRASIL. Decreto n. 3.298, de 20 de dezembro de 1999. Diário Oficial da União. Brasília, 20 de dezembro de 1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm. Acesso em: 3 ago. 2020.

BRASIL. **Documento Orientador Programa Incluir: Acessibilidade Na Educação Superior**. 2013. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&url=http://portal.mec.gov.br/component/docman/%3Ftask%3Ddoc_download%26gid%3D12737%26Itemid%3D&ved=2ahUKEwiFxqW3lpLuAhX2IbkGHXfpA3gQFjABegQIBRAH&usg=AOvVaw2ke-GHMMlhvqomDt6iB1LR. Acesso em: 14 out. 2020.

BRASIL. **Documento orientador: Programa Incluir - acessibilidade na Educação Superior. Ministério da Educação**. Brasília, 2013. 21 p. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=13292&Itemid=. Acesso em: 8 ago. 2020.

BRASIL. Lei n. 13.146. Diário Oficial da União. Brasília, 07 de julho de 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20152018/2015/lei/113146.htm. Acesso em: 7 ago. 2020.

BRASIL. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Diário Oficial da União. Brasília, 16 de julho de 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 27 set. 2018.

BRASIL. Lei n. 9.349. Diário Oficial da União. Brasília, 23 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394compilado.htm. Acesso em: 3 ago. 2020.

BRASIL. **Resumo técnico: Censo da Educação Superior 2015**. 2. ed. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira: INEP, 2018. 90 p. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/resumos-tecnicos1>. Acesso em: 5 out. 2020.

CALDAS, Ricardo Wahrendorff (Coord.). **Políticas Públicas: conceitos e práticas**. Belo Horizonte: Sebrae, v. 7, 2008. 48 p. (Série Políticas Públicas). Disponível em: <https://www.bibliotecas.sebrae.com.br>. Acesso em: 29 jul. 2020.

CARVALHO, Dulcimar Lopes. **A Trajetória de Inclusão de um Estudante com Autismo, Da Educação Básica à Educação Superior: Desafios e Possibilidades**. Joinville, v. 2, 2017. 163 p. Dissertação (Programa de Mestrado em Educação) Universidade da Região de Joinville, Joinville, 2017. Disponível em: https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=5737104. Acesso em: 12 jul. 2020.

CINTRA, Rosana Gonçalves Gomes; JESUINO, Mirtes dos Santos; PROENÇA, Michele Alves Muller. As possibilidades da EaD no processo de inclusão no ensino superior da pessoa com autismo: um estudo de caso. **Revista de Educação**, v. 14, p. 71-86, 2011. Disponível em: <https://revista.pgskroton.com/index.php/educ/article/view/1810>. Acesso em: 7 ago. 2020.

COSTA, Angelo Brandeli; ZOLTOWSKI, Ana Paula Couto. Como escrever um artigo de revisão sistemática. In: KOLLER, Sílvia H. (Org.); COUTO, Maria Clara P. de Paula (Org.); HOHENDORFF, Jean Von (Org.). **Manual de produção científica**. Porto Alegre: Penso, 2014. 191 p. cap. 3, p. 55-70.

CRUZ, Susana Cristina Pereira da. **Educação, igualdade de oportunidades e inclusão na escola, na profissão e na sociedade democrática: uma pesquisa sociológica centrada na experiência escolar e profissional de um grupo de adultos com surdez**. Braga, 2006.

Dissertação (Mestrado Especialização em Sociologia da Educação e Políticas Educativas) - Universidade do Minho. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/1822/6367>>. Acesso em: 27 jul. 2018.

CUNHA, Nylse Helena Silva. Distúrbios de Comportamento. *In*: CAMARGOS JR., Walter (Coord.). **Transtornos Invasivos do Desenvolvimento**: 3º Milênio. Brasília: CORDE, 2005. 260 p. cap. 19, p. 122-127.

DOVAN, John; ZUCKER, Caren. **Outra sintonia**: A história do autismo. Tradução Luiz A. de Araújo. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017. 704 p. Tradução de: In a Different Key: The Story of Autism.

FLICK, Uwe. **Introdução à metodologia de pesquisa**: um guia para iniciantes. Tradução Magda Lopes ; revisão técnica: Dirceu da Silva. Porto Alegre: Penso, 2013. 256 p.

FREIRE, Lucia Helena Vasconcelos. Formando professores. *In*: CAMARGOS JR., Walter (Coord.). **Transtornos Invasivos do Desenvolvimento**: 3º Milênio. Brasília: CORDE, 2005. 260 p. cap. 21, p. 138-144.

GARCIA, Débora Cristina Ferreira; GATTAZ, Cristiane Chaves; GATTAZ, Nilce Chaves. A Relevância do Título, do Resumo e de Palavras-chave para a Escrita de Artigos Científicos. **Revista de Administração Contemporânea**, Curitiba, v. 23, n. 3, mai./jun 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-7849rac2019190178> . Acesso em: 1 nov. 2020.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 200 p.

GOMES, Camila Graciella Santos. **Desempenhos emergentes e leitura funcional em crianças com Transtornos do Espectro Autístico**. São Carlos, f. 163, 2007. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de São Carlos. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/2975>. Acesso em: 5 ago. 2020.

HIGGINS, J. P. T. *et al.* **Cochrane Handbook for Systematic Reviews of Interventions versão 6.0 (atualizado em julho de 2019)**. Cochrane, 2019. Disponível em: www.training.cochrane.org/handbook. Acesso em: 18 ago. 2020.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO PARANÁ. **Pessoa com deficiência**: conceitos de deficiência. **Ministério Público do Paraná**. Disponível em: <https://pcd.mppr.mp.br/pagina-41.html>. Acesso em: 28 out. 2020.

MONTEIRO, Rosangela *et al.* Critérios de autoria em trabalhos científicos: um assunto polêmico e delicado. **Revista Brasileira de Cirurgia Cardiovascular**, São José do Rio Preto, v. 19, n. 4, nov./dez. 2004. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-76382004000400002>. Acesso em: 29 out. 2020.

MONTENEGRO, Mano R.; ALVES, Venâncio A. Ferreira. Critérios de autoria e coautoria em trabalhos científicos. **Acta Botanica Brasilica**, Feira de Santana, v. 11, n. 2, dez. 1997. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-33061997000200014>. Acesso em: 29 out. 2020.

NASSI-CALÒ, Lilian. **Estudo aponta que artigos publicados em inglês atraem mais citações. SciELO em Perspectiva**. 2016. Disponível em: <https://blog.scielo.org/blog/2016/11/04/estudo-aponta-que-artigos-publicados-emingles-atraem-mais-citacoes/>. Acesso em: 1 nov. 2020.

NASSI-CALÒ, Lilian. **Estudo propõe uma taxonomia de razões para citar artigos em publicações científicas. SciELO em Perspectiva**. 2014. Disponível em: <https://blog.scielo.org/blog/2014/11/07/estudo-propoe-uma-taxonomia-de-razoespara-citar-artigos-em-publicacoes-cientificas/>. Acesso em: 31 out. 2020.

OLIVEIRA, João Rezende Almeida; COSTA, Tágory Figueiredo Martins. **Instituições de direito público e privado**. 2. ed. Brasília: CAPES: UAB, 2012. 158 p.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. Disponível em: <https://www.feevale.br/institucional/editora-feevale/metodologia-do-trabalhocientifico---2-edicao>. Acesso em: 30 out. 2020.

PSICOLOGIA em Estudo, Maringá, 2020. Disponível em: <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/PsicolEstud/index>. Acesso em: 30 out. 2020.

REFAS - Revista Fatec Zona Sul, São Paulo, 2020. Disponível em: <http://www.revistarefas.com.br/index.php/RevFATECZS/index>. Acesso em: 30 out. 2020.

REVISTA EDUCAÇÃO ESPECIAL, Santa Maria, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/index>. Acesso em: 30 out. 2020.

REVISTA IBERO-AMERICANA DE ESTUDOS EM EDUCAÇÃO, Araraquara, 2020. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/index>. Acesso em: 30 out. 2020.

SALLE, Emílio *et al.* Autismo Infantil: Sinais e Sintomas. *In*: CAMARGOS JR., Walter (Coord.). **Transtornos Invasivos do Desenvolvimento: 3º Milênio**. 2. ed. Brasília: CORDE, 2005. 260 p, p. 11-15.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Terminologia sobre deficiência na era da inclusão. **Revista Nacional de Reabilitação**, São Paulo, n. 24, p. 6-9, jan/fev 2002.

SERRA, Dayse. A Educação Inclusiva de alunos com Transtorno do Espectro Autista. *In*: MORAES, Bianca Mota de (Org) *et al.* **Políticas Públicas de Educação**. 1. ed. Rio de Janeiro: Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro / Universidade Federal Fluminense, 2017. 113 p, p. 104-113. Disponível em: <http://www.anped.org.br/news/livro-politicas-publicas-de-educacao-uff-e-mprjaceso-gratuito>. Acesso em: 28 jul. 2020.

SOUSA, Naira Manuela de . **Prevenção da pneumonia por aspiração**: revisão sistemática. Porto, 2013. Dissertação (Mestrado em Ciências de Enfermagem) Universidade do Porto. Disponível em: <https://hdl.handle.net/10216/70898>. Acesso em: 19 ago. 2020.

TUCHMAN, Roberto; RAPIN, Isabelle. Onde Estamos: Visão Geral e Definições. *In*: TUCHMAN, Roberto; RAPIN, Isabelle. **Autismo**: abordagem neurobiológica. Tradução Denise Regina Sales. Porto Alegre: Artmed, 2009. 375 p. cap. 1, p. 17-34. Tradução de: Autism: A Neurological Disorder of Early Brain Development.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e Enquadramento da Acção da Área das Necessidades Educativas Especiais**. Salamanca: Ministério da Educação e Ciência de Espanha, f. 49, 1994. Disponível em: <https://pt.slideshare.net/mobile/jmnamaral/declarao-salamanca-1994>. Acesso em: 3 ago. 2020.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **CID-11 para Estatísticas de Mortalidade e Morbidade (Versão: 04/2019)**. Tradução Nossa. 2019. Tradução de: ICD-11 for Mortality and Morbidity Statistics (Version : 04 / 2019). Disponível em: <https://icd.who.int/browse11/l-m/en#/http://id.who.int/icd/entity/437815624>. Acesso em: 5 ago. 2020.

GLOSSÁRIO

Deficiência	Toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano.
Educação especial	Modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino para educando com necessidades educacionais especiais, entre eles o portador de deficiência.
Estado	Entidade formada pelo povo, o seu território e o seu governo soberano visando a promoção do bem-estar da sociedade e do interesse público.
Pessoa com deficiência	Aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.
Políticas Públicas	Conjunto de ações e decisões do governo, voltadas para solução (ou não) de problemas da sociedade.
Metassíntese	Combinação dos resultados dos estudos de forma narrativa.

APÊNDICE A — PROTOCOLO DE REVISÃO SISTEMÁTICA

Questão Norteadora:

"Quais os estudos sobre Educação Superior de pessoas com Transtorno do Espectro Autista no Brasil?"

Critérios de Elegibilidade:

Critério 1: População: Se for um estudo sobre pessoas com TEA, o estudo será considerado "Elegível".

Justificativa: Critério de seleção indispensável à obtenção de resultados que atendam à Pergunta Norteadora desta Revisão Sistemática.

Critério 2: Contexto: Se o contexto em que a população está inserida for o contexto educacional na Educação Superior no Brasil, o estudo será considerado "Elegível".

Justificativa: Critério de seleção indispensável à obtenção de resultados que atendam à Pergunta Norteadora desta Revisão Sistemática.

Critério 3: Locus: Se o contexto espacial/geográfico em que a população estudada estiver inserida for o território Brasileiro o estudo será considerado "Elegível".

Justificativa: Critério de seleção indispensável à obtenção de resultados que atendam à Pergunta Norteadora (Objetivo) desta Revisão Sistemática.

Estratégia de Busca dos Estudos:

Tipo de Estudos elegíveis: Artigos Científicos, Dissertações de Mestrado e Teses de Doutorado.

Limitando por data: Não se aplica. A RS abarcará todos os estudos disponíveis na plataforma de busca, sem que haja limite de data.

Limitando por recursos acessados: Será utilizado como fonte de pesquisa: o Portal de Periódicos CAPES; o Catálogo de Teses e Dissertações CAPES e a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações - BDTD.

Limitando por idioma: Não se aplica. A RS abarcará todos os estudos disponíveis nas plataformas de busca, sem que haja limitação de idioma como possibilidade de que a busca encontre estudos caso atendam aos critérios de elegibilidade (População, Contexto Social e *Locus*).

Identificação dos Estudos: Serão identificados através da busca com os seguintes descritores e operadores booleanos: ("transtorno do espectro autista" OR autismo OR autista)

AND ("ensino superior" OR "Educação Superior" OR graduação) NOT ("ensino fundamental" OR "educação infantil" OR "ensino médio" OR criança).

O processo de seleção de estudos para inclusão na revisão será:

1. Examinar os títulos, palavras-chaves e resumos para remover estudos irrelevantes.
2. Recuperar o texto completo dos estudos potencialmente relevantes.
3. Examinar o texto completo dos estudos potencialmente relevantes.
4. Tomar as decisões finais sobre a inclusão do estudo e prosseguir para a coleta de dados.

APÊNDICE B — FORMULÁRIO DE COLETA DE DADOS - ESTUDO 1

Título: TRAJETÓRIA ACADÊMICA DE UM PÓS-GRADUANDO COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

Tipo de Estudo: Artigo

Autoria: Ana Gabriela Olivati ; Lúcia Pereira Leite

Orientador: Não se aplica

Banca: Não se aplica

Data Defesa: Não se aplica

Instituição de Ensino Superior: Não se aplica

Biblioteca Depositária: Não se aplica

Programa: Não se aplica

Publicado em : Revista Psicologia em estudo, Vol.22(4), pp.609-62

Editores: Universidade Estadual de Maringá, Brasil

Data de Publicação: 01/12/2017

Palavras-chave: Autismo; Educação Inclusiva; Universidades

Idioma: Português, Inglês, Espanhol, Francês

Problemática: Considerar que as políticas de educação inclusiva estipulam a promoção de uma escolarização comum e atrelada à promoção de suporte social adequado para que pessoas com deficiência possam alcançar etapas mais elevadas de ensino.

Objetivo: Analisar a trajetória acadêmica e a percepção do suporte social de um estudante com TEA que frequenta pós-graduação, nível doutorado.

Procedimento Metodológico: O estudo se deu com o uso de dois procedimentos: (a) entrevista pessoal a um estudante de pós-graduação; (b) aplicação da Escala de Percepção do Suporte Social – EPSS, adaptada ao contexto universitário.

Resultado: Os dados coletados, por meio da entrevista, foram analisados com base no relato verbal, para interpretação dos sentidos e significados atribuídos a determinados fenômenos. A média dos escores obtidos com a EPSS foi de 1,78 (graduação) e 3,47 (pós-graduação) para o suporte prático e 1,50 (graduação) e 3,20 (pós-graduação) para o suporte emocional, demonstrando a percepção de maior apoio na pós-graduação. Os eixos temáticos obtidos com a entrevista foram ingresso na graduação e pós-graduação; núcleos de apoio; permanência; fatores socioemocionais; facilidades e dificuldades enfrentadas; aspectos positivos e negativos.

Conclusão: Foi possível averiguar a falta de percepção do suporte social durante a graduação e dificuldades com métodos de ensino e avaliação. Na pós-graduação, maior percepção do suporte social e facilidade com habilidades acadêmicas. Porém, para alcançar esse nível de ensino, os estudantes, primeiramente, devem cursar a graduação, que é uma instância tida como problemática nessa pesquisa, por pouco atender às diferenças.

Aborda teórico: Abordagem histórico-cultural

Considerações éticas: As ações de pesquisa delineadas nesse estudo foram cadastradas e aprovadas pela Plataforma Brasil (CAAE 48308815.0.0000.5398). O participante assinou o Termo de Consentimento Livre, elaborado de acordo com a resolução do Conselho Nacional de Saúde CNS 466/12.

Financiamento: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp).

APÊNDICE C — FORMULÁRIO DE COLETA DE DADOS - ESTUDO 2

Título: Perfil acadêmico dos estudantes com Transtorno do Espectro Autista matriculados no Ensino Superior

Tipo de Estudo: Artigo

Autoria: Solange Cristina da Silva; Daniela Ribeiro Schneider; Erikson Kaszubowski; Adriano Henrique Nuernberg

Orientador: Não se aplica

Banca: Não se aplica

Data Defesa: Não se aplica

Instituição de Ensino Superior: Não se aplica

Biblioteca Depositária: Não se aplica

Programa: Não se aplica

Publicado em: Revista Educação Especial, Vol.32(1), pp.1-32

Editora: Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Data de Publicação: 01/09/2019

Palavras-chave: Acessibilidade; Transtorno do Espectro Autista; Ensino Superior.

Idioma: Português **Problemática:**

Objetivo: Mapear o perfil sócio acadêmico dos estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) matriculados no ensino superior em 2016.

Procedimento Metodológico: O estudo quantitativo se configura como uma pesquisa de levantamento de dados secundários, de natureza descritiva. Visa medir a proporção de ingresso, trancamento e cancelamento das matrículas no período de 2011 a 2016, por meio dos microdados do Censo da Educação Superior do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP).

Resultado: Os estudantes com TEA que acessam o ensino superior têm idade de ingresso similar à dos neurotípicos (a moda de idade de ingresso em 2016 de ambos era de 18 anos). Esses estudantes, na sua maioria, entram por meio de vestibular (58%, n=359, sem imputação; 55%, n=817, com imputação), em Instituições de Ensino Superior (IES) privadas (59%, n=362, sem imputação; 75%, n=1.033, com imputação), em cursos presenciais (89%, n=546, sem imputação; 84%, n=1.149, com imputação), majoritariamente na área de Ciências Sociais, Negócios e Direito (25%, n=155, sem imputação; 32%, n=431, com imputação). Entre 2011 e 2016, o número de estudantes com TEA aumentou até 2013, com posterior redução e estabilização até 2016. A proporção de matrículas trancadas ou canceladas foi relativamente menor em comparação a estudantes neurotípicos.

Conclusão: Ao se apresentar o perfil sócio acadêmico dos estudantes com TEA no ensino superior, busca-se refletir sobre as barreiras e os facilitadores de acesso e permanência desses estudantes na graduação, contribuindo para o aprimoramento de ações e políticas públicas e para a bem-sucedida participação desse grupo no contexto educacional acadêmico.

Abordagem teórica: Não informado

Considerações éticas: Este estudo, como parte do projeto de pesquisa “Acessibilidade para Estudante com Transtorno do Espectro Autista no Ensino Superior”, foi aprovado e registrado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP/CONEP), sediado em uma universidade pública situada no estado de Santa Catarina.

Financiamento: Não informado

APÊNDICE D —FORMULÁRIO DE COLETA DE DADOS - ESTUDO 3

Título: CONSULTORIA COLABORATIVA NO ENSINO SUPERIOR, TENDO POR FOCO UM ESTUDANTE COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

Tipo de Estudo: Artigo

Autoria: Grace Cristina Ferreira Donati ; Vera Lúcia Messias Fialho Capellini

Orientador: Não se aplica

Banca: Não se aplica

Data Defesa: Não se aplica

Instituição de Ensino Superior: Não se aplica

Biblioteca Depositária: Não se aplica

Programa: Não se aplica

Publicado em: Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, Vol.13(6), pp.1459-1470

Editora: Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Data de Publicação: 01/09/2018

Palavras-chave: Transtorno do espectro autista. Consultoria colaborativa. Ensino superior.

Idioma: Português

Problemática: A área da Educação Especial tem natureza transversal, extrapolando, portanto, o estudante como único alvo. Suas ações devem incluir o docente como destinatário de formação específica, que deve ser continuada, flexível e se concretizar na prática diária da sala de aula.

Objetivo: Descrever os procedimentos de uma consultoria colaborativa realizada por um profissional especialista, em parceria com gestores universitários, com docentes de um curso superior de Matemática, tendo por foco um estudante com Transtorno do Espectro Autista.

Procedimento Metodológico: Relato de caso. Foram aplicados ajustes nas estratégias de avaliação, incluindo: adequação linguística das questões e aceite de respostas orais, com apoio de solução no papel ou na lousa. O processo avaliativo foi registrado por meio de anotações, fotografias e gravações de áudio e vídeo.

Resultado: Ao final, as docentes relataram que foi determinante o uso das estratégias para avaliar a aprendizagem do estudante, considerando o insucesso em oportunidades anteriores.

Conclusão: A abrangência [da Educação Especial], de natureza transversal, extrapola, portanto, o estudante como alvo e inclui o docente como destinatário de formação específica, que deve ser continuada, flexível e se concretizar na prática diária da sala de aula.

Abordagem teórica: Não informado

Considerações éticas: Não informado

Financiamento: Não informado

APÊNDICE E — FORMULÁRIO DE COLETA DE DADOS - ESTUDO 4

Título: A inserção do autista no meio acadêmico e profissional de tecnologia da informação

Tipo de Estudo: Artigo

Autoria: Bruna Santos Costa ; Eduardo Bento Nakandakare ; Eduardo Paulino

Orientador: Não se aplica

Banca: Não se aplica

Data Defesa: Não se aplica

Instituição de Ensino Superior: Não se aplica

Biblioteca Depositária: Não se aplica

Programa: Não se aplica

Publicado em: Revista FATEC Zona Sul, Vol.4(4), pp.1-10

Editora: Faculdade de Tecnologia da Zona Sul, Brasil

Data de Publicação: 01/06/2018

Palavras-chave: Autismo. Transtornos do Espectro Autista. Acessibilidade. Tecnologia da Informação.

Idioma: Português

Problemática: Pessoas que apresentam características do espectro autista, embora representem uma parcela considerável da população, ainda discriminadas em diversas situações de convivência social.

Objetivo: Abordar a dificuldade de inclusão de pessoas com TEA na área de tecnologia da informação, tanto no ambiente acadêmico, quanto ao ambiente profissional.

Procedimento Metodológico: Pesquisa bibliográfica e do levantamento de dados constantes em reportagens, sítios da internet e outros canais igualmente importantes para este projeto. buscamos, a fim de complementar o material de natureza qualitativa acima mencionado, utilizar resultados de aspecto quantitativo, obtidos após mensuração de banco de dados oriundos de entrevistas utilizadas especificamente para esta finalidade.

Resultado: A entrada e a permanência da pessoa portadora de autismo no mercado de trabalho é sempre uma tarefa árdua. O aprendizado é uma barreira na vida de uma pessoa com TEA, por apresentarem, às vezes, menor capacidade intelectual e interativa. A pesquisa reforça que o sistema tendente à insensibilidade a esse tipo de deficiência.

Conclusão: São grandes as dificuldades enfrentadas por pessoas com autismo na sociedade, em particular, dentro do propósito aqui estudado, na área de Tecnologia da Informação.

Abordagem teórica: Não informado

Considerações éticas: Não informado

Financiamento: Não informado

APÊNDICE F — FORMULÁRIO DE COLETA DE DADOS - ESTUDO 5

Título: A Trajetória de Inclusão de um Estudante com Autismo: Da Educação Básica à Educação Superior: Desafios e Possibilidades

Tipo de Estudo: Dissertação

Autoria: Dulcimar Lopes Carvalho

Data Defesa: 11/12/2017

Programa: Mestrado em Educação, UNIVERSIDADE DA REGIÃO DE JOINVILLE, Brasil

Publicado em: Não se aplica

Editora: Não se aplica

Data de Publicação: Não se aplica

Palavras-chave: Autismo; Inclusão; Educação Superior; Trabalho e formação docente; Transtorno do espectro autista (TEA)

Idioma: PORTUGUES

Problemática: O desafio da educação inclusiva na Educação Superior, com foco no público alvo da educação especial, evidencia a importância de nos debruçarmos sobre os desafios que envolvem a inclusão das pessoas com autismo neste nível de ensino tendo em vista que o acesso destas, na Educação Superior, tem-se tornado uma realidade.

Objetivo: abordar a trajetória de inclusão de pessoas com autismo no ensino regular, especialmente de um estudante com autismo, da educação básica até o acesso à Educação Superior, com seus desafios e possibilidades.

Procedimento Metodológico: A pesquisa baseia-se no estudo de um caso, realizando uma abordagem qualitativa, tendo como base teórica a teoria historicocultural. Participaram da pesquisa: a família do estudante, representada pela mãe, cinco professoras do estudante da Educação Superior, dois colegas de turma e o próprio estudante, a fim de verificar a sua visão pessoal sobre o seu processo de inclusão. Como instrumento de coleta de dados, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com os participantes da pesquisa.

Resultado: Os resultados apontam que as interações que ocorrem no ambiente educacional e a intervenção precoce são os fatores que mais contribuem para a inclusão educacional das pessoas com autismo; porém, existem muitos desafios que precisam ser vencidos, como o preconceito, as barreiras impostas pelo diagnóstico, as lacunas na formação dos professores, entre outros.

Conclusão: Para que a inclusão se torne mais efetiva, é preciso uma profunda reestruturação nas escolas, principalmente no modo como o autismo é percebido e entendido por todos que lidam com esses educandos.

Abordagem teórica: A pesquisa tem como ancoragem teórica a abordagem historicocultural

Considerações éticas: A coleta de dados foi iniciada após a emissão do parecer de aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Pesquisada, atendendo a Resolução nº466/2012 do Conselho Nacional de Saúde. Quando da entrevista, os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE.

Financiamento: FUND COORD DE APERFEICOAMENTO DE PESSOAL DE NIVEL SUP - Programa Suporte à Pós-Graduação IES Comunitárias (6 meses)

APÊNDICE G — FORMULÁRIO DE COLETA DE DADOS - ESTUDO 6

Título: Indicadores para a construção de REA na Educação Superior em uma perspectiva de inclusão

Tipo de Estudo: Dissertação

Autoria: Renato Pandur Maria

Data Defesa: 29/04/2019

Programa: Mestrado em Educação, Universidade do Oeste Paulista - UNOESTE

Publicado em: Não se aplica

Editora: Não se aplica

Data de Publicação: Não se aplica

Palavras-chave: Recursos Educacionais Abertos (REA); Transtorno do Espectro Autista (TEA); Educação superior; Educação inclusiva

Idioma: Português

Problemática: Parte-se da perspectiva de que o aprimoramento das práticas pedagógicas exerce papel fundamental nas questões que envolvem o chamado paradigma de Educação Inclusiva, no Brasil e no mundo. A partir do final do século XX a Educação Especial passou a ser articulada à Educação Inclusiva, mas, os transtornos de linguagem e interação são um desafio para a escolarização regular de pessoas com TEA. Para que estudantes com esse perfil desenvolvam o seu potencial nos diferentes níveis e modalidades de educação, as tecnologias digitais e a Tecnologia Assistiva podem ser valiosas na validação de estratégias com foco na aprendizagem desses estudantes e para todos, sobretudo porque na geração atual os jovens interagem e se comunicam por tecnologias digitais.

Objetivo: Analisar o processo de estruturação de indicadores para a construção de Recursos Educacionais Abertos visando o ensino e a aprendizagem de estudantes com TEA no contexto do Ensino Superior, na perspectiva da inclusão.

Procedimento Metodológico: Para alcançar os objetivos foram realizadas duas etapas: 1. análise documental em bases de dados e repositórios educacionais digitais, buscando a existência de REA para o ensino e a aprendizagem na área de jogos digitais/tecnologia; 2. grupo de discussão composto por docentes, pesquisadores e profissionais envolvidos na área de jogos digitais/tecnologia, com vistas à reflexão e a proposição de indicadores para a construção de REA que possam auxiliar o ensino e a aprendizagem frente a estudantes com TEA, em uma perspectiva de inclusão. A análise de dados foi realizada mediante triangulação metodológica, em que buscou-se decodificar os dados qualitativos, possibilitando a organização sistemática dos indicadores propostos no grupo de discussão.

Resultado: Os indicadores gerados foram: Não diferenciar, Identificação de Habilidades e Competências e Recurso Autoconfigurável.

Conclusão: Espera-se que a dissertação contribua para a construção de REA, no contexto da Educação Superior, que possam auxiliar o estudante com TEA e todos os demais estudantes nos processos de ensino e aprendizagem nas diferentes áreas de formação.

Abordagem teórica: Para dar corpus ao desenho teórico, adotou-se a perspectiva de inclusão baseada em autores como Mantoan, Sassaki, Stainback e Stainback, Schlunzen e Santos.

Considerações éticas: O projeto de pesquisa foi avaliado e aprovado pelo Comitê Assessor de Pesquisa Institucional (CAPI) e Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Unoeste e aprovado na Plataforma Brasil. Os participantes da pesquisa foram convidados mediante comunicação formal. Após a concordância assinaram um termo de consentimento livre e esclarecido, nos padrões éticos de acordo com a Resolução nº 466/2012 do CNS.

Financiamento: Não informado

APÊNDICE H — FORMULÁRIO DE COLETA DE DADOS - ESTUDO 7

Título: Percepção do suporte social e trajetória acadêmica de estudantes com transtornos do espectro autista em uma universidade pública

Tipo de Estudo: Dissertação

Autoria: Ana Gabriela Olivati

Data Defesa: 10/10/2017

Programa: Psicologia do Desenvolvimento e Aprendizagem, Universidade Estadual Paulista (UNESP) **Publicado**

em: Não se aplica

Editora: Não se aplica

Data de Publicação: Não se aplica

Palavras-chave: Transtorno do espectro autista; Desenvolvimento atípico; Suporte social; Barreiras atitudinais; Inclusão educacional; Ensino superior

Idioma: Português

Problemática: A partir das crescentes discussões sobre a inclusão de estudantes com necessidades educacionais especiais, dentre os quais se encontram os com TEA, faz-se relevante investigar a realidade enfrentada pelos mesmos, dentro da Universidade.

Objetivo: Descrever e analisar como estudantes com Transtornos do Espectro Autista (TEA) percebem sua trajetória acadêmica, no contexto universitário.

Procedimento Metodológico: Participaram da investigação seis estudantes de uma universidade pública do Estado de São Paulo, que se autodeclararam com Transtornos do Espectro Autista no ato da rematrícula no sistema eletrônico de graduação da instituição. Para a coleta de dados, foi utilizada a Escala de Percepção do Suporte Social – EPSS, a Escala de Avaliação de Traços Autísticos ATA e um roteiro norteador de entrevista. Os dados extraídos com a aplicação do roteiro de entrevista foram analisados qualitativamente, de acordo com o procedimento de núcleo de significação, descrito por Aguiar e Ozella (2006). Os dados obtidos por meio da correção da “Escala de percepção do suporte social” e da “Escala de Traços Autísticos” foram analisados quantitativamente. A média dos escores obtidos com a EPSS foi de 2,1 para o suporte prático e 1,9 para o suporte emocional. Os núcleos de significação encontrados por meio da análise das entrevistas foram: 1) Trajetória escolar básica de estudantes com TEA: experiências educacionais e dificuldades enfrentadas; 2) Trajetória Universitária de estudantes com TEA: vivências e fatores influenciadores; e 3) Significado e sentido da trajetória universitária de estudantes com TEA.

Resultado: A média dos escores obtidos com a EPSS foi de 2,1 para o suporte prático e 1,9 para o suporte emocional. Os núcleos de significação encontrados por meio da análise das entrevistas foram: 1) Trajetória escolar básica de estudantes com TEA: experiências educacionais e dificuldades enfrentadas; 2) Trajetória Universitária de estudantes com TEA: vivências e fatores influenciadores; e 3) Significado e sentido da trajetória universitária de

estudantes com TEA. Foi possível averiguar falta de percepção do suporte social, durante a graduação. Os participantes do estudo relataram principalmente aspectos referentes ao bullying, despreparo de profissionais e complicadores relacionados à condição do TEA. Além disso, foram ressaltadas dificuldades com métodos de ensino e avaliação propostos durante a graduação.

Conclusão: embora tenham sido observadas soluções pontuais diante das demandas dos participantes, foi possível averiguar que a universidade pública - foco do estudo - ainda tem muito a fazer, para que as prescrições normativas contidas na Lei Brasileira de Inclusão, recentemente promulgada, possam ser efetivadas em solo acadêmico.

Abordagem teórica: Os dados extraídos com a aplicação do roteiro de entrevista foram analisados qualitativamente, de acordo com o procedimento de núcleo de significação, descrito por Aguiar e Ozella (2006).

Considerações éticas: As ações de pesquisa delineadas neste projeto foram cadastradas e aprovadas na Plataforma Brasil. Os participantes selecionados foram convidados a participar da pesquisa, e os que aceitaram participar assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice A), elaborado de acordo com a Resolução CNS 466/12 do Conselho Nacional de Saúde.

Financiamento: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES); Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Número do financiamento: 2015/17411-9